



ESTORIL SOL RESIDENCE

## EDIFER INVESTIMENTOS

SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES  
SOCIAIS, S. A.

## RELATÓRIO ANUAL 2010

Capital Social: 5.000.000,00 euros  
Matriculada na Conservatória do Registo  
Comercial da Amadora sob o número  
único de matrícula e de pessoa colectiva  
nº 502879424

Edifício Edifer – Estrada do Seminário, 4  
Alfragide  
2610-171 Amadora – Portugal  
Tel.: +351 214 759 000  
Fax: +351 214 759 500  
geral@edifer.pt  
www.edifer.pt

## CORPOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA –GERAL

Daniel Proença de Carvalho (Presidente)  
Rosa Maria de Jesus Lobato Relvas (Vice-Presidente)  
Helena Paula Alves Pires Coelho Cabral de Abreu (Secretária)

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vera Pires Coelho (Presidente)  
Carlos da Silva José (Vice-Presidente e CEO)  
Fernando José Viotto Monteiro Pacheco (Vice-Presidente)  
Fernando Machado Matos (Vice-Presidente)  
Miguel Pires Mateus  
Rui Pereira de Sousa  
Manuel Cardoso Relvas  
Luís Filipe de Jesus Fernandes  
Maria Manuela Martins dos Santos  
Alexandre Pires Fernandes

### FISCAL ÚNICO

Efectivo:  
Mazars & Associados,  
Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, representada por  
Leonel Manuel Dias Vicente (ROC)  
Suplente:  
Luís Filipe Soares Gaspar (ROC)

### COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Vitor Manuel de Jesus Fernandes  
José Pedro Alves Pires Coelho  
Paulo Alexandre de Jesus Lobato

## Relatório de Gestão Relativo ao Exercício de 2010

Caros Accionistas,

O Conselho de Administração da Edifer Investimentos SGPS, S.A. vem submeter a V. Exas. o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2010.

### 1. CARACTERIZAÇÃO E ESTRATÉGIA DO GRUPO EDIFER

A Edifer é um dos maiores Grupos construtores portugueses, com uma reputação técnica de engenharia e qualidade de construção, com presença significativa em mercados internacionais e com um posicionamento de referência na área das concessões.

O actual modelo de organização das actividades do Grupo Edifer conjuga posições sólidas de mercado na Construção, na Área Internacional e no Desenvolvimento de Negócios.

No final do exercício de 2010 a Edifer contava com 2.519 colaboradores tendo

o seu volume de negócios atingido os 404 milhões de euros e um Resultado Líquido Consolidado de 11,5 milhões de euros.

#### ESTRATÉGIA

A Edifer aprovou no final de Dezembro de 2010 o seu novo Plano Estratégico 2015, sob o lema "Construir sem Fronteiras".

Trata-se de uma Estratégia de Crescimento pela internacionalização das actividades de construção e desenvolvimento de negócios, assente em quatro Eixos Estratégicos:

#### CRESCIMENTO / INTERNACIONALIZAÇÃO

Assegurar o crescimento sustentado dos negócios na plataforma mundial, assumindo o posicionamento de Grupo internacional de construção.

#### EFICIÊNCIA ECONÓMICA

Obter os melhores rácios de eficiência da indústria.

#### ALINHAMENTO ORGANIZACIONAL

Adaptar a organização aos mais exigentes padrões de gestão, em fase de expansão geográfica das actividades.

#### REFORÇO DE CAPITAL

Criar condições que auto-sustentem o desenvolvimento.

#### CONSTRUÇÃO

**CONSTRUÇÃO CIVIL  
E OBRAS PÚBLICAS**  
**FUNDAÇÕES E GEOTECNIA**  
**REABILITAÇÃO**  
**METALOMECÂNICA  
E CARPINTARIAS**  
**CONSTRUÇÃO FERROVIÁRIA**  
**ESPAÇOS VERDES**

#### INTERNACIONAL

**ANGOLA**  
**ARGÉLIA**  
**ESPANHA**  
**CABO VERDE**  
**LÍBIA**  
**MOÇAMBIQUE**

#### DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

**CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**  
**CONCESSÕES HOSPITALARES**  
**ALTA VELOCIDADE**  
**IMOBILIÁRIA**  
**AMBIENTE**

#### SERVIÇOS CORPORATIVOS

Financeiros e Administrativos, Recursos Humanos, Jurídicos, Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação e Imagem

## 2. PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS E FACTOS RELEVANTES 2010

PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS	2010	2009	2008
Volume de Negócios	404,0	470,6	470,0
EBITDA	39,7	41,4	22,0
Resultado Líquido Consolidado com Interesses Minoritários	11,5	14,4	6,7
Capital Próprio Consolidado do Grupo	66,0	54,7	48,1

Unidade Monetária: Milhões de Euros

### FACTOS RELEVANTES 2010

- Instituição de um novo Modelo de Governo do Grupo Edifer com a nomeação de uma Comissão Executiva e renovação dos quadros dirigentes das Associadas;
- Definição do novo Plano Estratégico 2015 “Construir sem Fronteiras”;
- Definição de medidas de ajustamento com impacto potencial próximo dos 200 milhões de euros, constituídas por acções estruturantes, optimizações de procedimentos, reduções de custos e acções de reforço da liquidez;
- Assinatura do Contrato de Concessão do Troço Poceirão – Caia da Rede de Alta Velocidade;
- Assinatura do Contrato de Concessão do Hospital de Vila Franca de Xira;
- Obtenção de Visto do Tribunal de Contas e arranque das PPP’s Rodoviárias do Baixo Alentejo e do Algarve Litoral;
- Assinatura de um acordo para recebimento das dívidas vencidas referentes a empreitadas públicas em Angola;
- Obtenção da Certificação de Segurança e Saúde para as Associadas a operar em Angola;
- Obtenção da Certificação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos;
- Emissão do primeiro Relatório de Sustentabilidade;
- Contratação em Outsourcing da gestão administrativa de Recursos Humanos;
- Contratação em Outsourcing da gestão da infra-estrutura tecnológica.

### 3. ACTIVIDADE DE CONSTRUÇÃO

A Actividade de Construção abrange todas as intervenções relacionadas com obras de engenharia, obras públicas, construção de edifícios e intervenções especializadas.

Com experiência assinalável em todos os segmentos é a actividade central do Grupo Edifer, integrando empresas de âmbito global, empresas especializadas e unidades regionais ou alocadas especificamente a mercados geográficos.

O exercício de 2010 e a ligeira redução do volume de negócios face a 2009 coincidem com a fase crítica de absorção dos impactos da crise económica e financeira nos diversos mercados onde o Grupo Edifer opera, a qual motiva uma forte, e no caso português continuada, diminuição dos níveis de investimento público directo e uma estagnação dos investimentos privados.

Neste contexto, a Edifer e as suas Associadas prosseguiram a sua actividade com a execução de um conjunto vasto de contratos de empreitada angariados anteriormente e que colocaram a carteira de encomendas num nível histórico.

No final de 2010 a carteira de encomendas registava 1.128 milhões de euros, dos quais 31% se referem a contratos em mercados externos, em particular Angola.

Refira-se igualmente que a parcela de obras em carteira no mercado nacional é constituída a 39% por obras directamente relacionadas com as concessões ganhas pelos consórcios da Edifer, sendo os 30% restantes referentes a contratos estabelecidos, na sua maioria, com entidades públicas.

Para além dos níveis históricos de obras contratadas, apraz registar a diminuição substancial do risco associado à carteira actual atendendo à natureza

dos respectivos clientes e à condução directa dos projectos no caso das concessões.

Mesmo assim, a Edifer manteve uma presença muito importante no panorama de construção nacional, devendo registar-se a inigualável quota de mercado na construção de infra-estruturas hospitalares e de saúde e no domínio das obras de engenharia.

Com efeito, a Edifer tem em construção cinco projectos na área da saúde, num total de oito em curso em todo o País: Hospital de Braga, Hospital de Vila Franca de Xira, ambos resultantes de parceria público-privada, Hospital Sousa Martins na Guarda, Hospital de Lamego e Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Na área da engenharia são múltiplas as obras em curso e que abrangem praticamente todos os segmentos de intervenção.

Entre outras destacamos a quadruplicação da via férrea entre as estações de Barcarena e do Cacém, para a Refer; a execução dos acabamentos e instalações especiais do prolongamento da linha vermelha entre a Estação do Oriente e o Aeroporto de Lisboa, e o Novo Terminal Fluvial no interface do Terreiro do Paço, ambas as obras para o Metropolitano de Lisboa; a Conceção/Construção da Adaptação e Completamento da ETAR de Alcântara; a construção das Centrais de Valorização de Resíduos Orgânicos de Aveiro e de Coimbra; a Empreitada de Extensão das Salas de Embarque, com sucessivas aberturas ao tráfego das novas posições, remodelação da

Plataforma ECO e a Construção do BUSGATE Norte, ambas no Aeroporto de Lisboa; e, evidentemente as obras de construção e reabilitação referentes às subconcessões rodoviárias do Baixo Alentejo e do Algarve Litoral.

Na componente de Edifícios, para além dos hospitais atrás referidos, as principais obras em curso são as referentes às Escolas Secundárias da Maia, Paços de Ferreira e Rio Tinto para a Parque Escolar; o Centro Escolar de Lamego; o Sana Torre Vasco da Gama; o Restelo Business Center; o Lote 3 do Empreendimento Praça de Entrecampos, em Lisboa, e o Empreendimento Residencial Estoril-Sol, dois projectos residenciais para promotores imobiliários de referência que foram ambos concluídos.

Nos Açores, destaca-se a construção de 16 fogos na Vila das Lajes na ilha Terceira, 46 Edifícios Habitacionais e Infra-Estruturas da Zona Ampliada do Bairro da Terra Chã, a obra do Aeroporto João Paulo II Aerogare - Remodelação e Ampliação da Sala de Embarque em S. Miguel e a Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da EBI/S das Flores.

Na ilha da Madeira são de referir as obras do Edifício Prestige e a Sede da Eutelsat, ambas no Funchal.

Especial referência deve ser dada à Tecnasol, participada a 100% pela Edifer e que manteve a sua posição de liderança destacada no mercado português.

No caso da actividade da Tecnasol em Angola apraz registar, de modo muito especial, a contratação de dois importantes empreendimentos: Luanda Towers e Edifício Kianda, ambos na

Baixa de Luanda, no que constitui uma enorme oportunidade de diferenciação da empresa neste mercado.

Também a Edimetal protagonizou importantes realizações durante 2010, destacando-se, pela visibilidade pública e pela dimensão dos trabalhos executados, os empreendimentos Estoril-Sol e as Torres Colombo. Estas duas realizações confirmam a Edimetal como uma empresa de elevada especialização no domínio das fachadas e de soluções preparadas para os desafios de cada projecto.

Através da Promorail foram assegurados vários trabalhos técnicos nas infra-estruturas ferroviárias e, sobretudo, foram criadas as condições para assegurar a esta empresa um conjunto significativo de trabalhos no âmbito do futuro troço da Rede de Alta Velocidade entre o Poceirão e o Caia.

Com a Artemisia, empresa focalizada nas intervenções de qualificação dos espaços públicos, estivemos e continuamos presentes em várias empreitadas destacando-se pela sua importância a construção da segunda fase do Parque dos Poetas em Oeiras.



ESTORIL SOL RESIDENCE

#### 4. ACTIVIDADE INTERNACIONAL

O Grupo Edifer elege os mercados internacionais como o seu palco prioritário de crescimento, tendo encetado uma fase de investimento em novos mercados internacionais nos últimos cinco exercícios

Em 2010 o volume de negócios fora de Portugal atingiu cerca de 34% da facturação total e a estratégia “Construir sem Fronteiras” deverá proporcionar que até 2015, essa percentagem passe pelo menos para 60%.

Actualmente, com presença societária em quatro mercados (Espanha, Angola, Moçambique e Argélia) e actuação como construtor em dois (Cabo Verde e Líbia), o Grupo Edifer tem ainda trabalhos executados e contactos comerciais em mais de 30 países.

No mercado espanhol, o Grupo tem presença directa através da Tecnasol.

A forte retracção do investimento resultante da crise económica que afectou este País, teve como consequência a redução da produção total da Tecnasol neste mercado, conseguindo-se manter mesmo assim, contratos com todos os principais clientes e em obras de referência tais como a estabilização de taludes na Linha de Alta Velocidade no Tramo Lemoa – Galdakao, no País Basco, as injeções na Linha 9 do Metro de Barcelona, a Clínica IMQ de Bilbao, o Metro de Málaga, o Túnel do AVE – Atocha – Chamartin, a reabilitação de 4 barragens em Jaen; injeções e Jet Grouting na Linha 9 Metro de Madrid, injeções de compensação no Metro de Bilbao, injeções de consolidação para protecção da Sagrada Família em Barcelona - linha AVE, e a impermeabilização de Túneis em Girona.

Com esta actividade a Tecnasol permanece referenciada com um dos principais operadores da especialidade instalados no mercado espanhol.

Em Angola, a Edifer estabeleceu uma parceria com o Grupo Gema abrangendo as empresas Edifer Angola, Construções Fortaleza, Edimetal Angola e Edigema. Possui ainda a Tecnasol Angola.

Desde 2006, que a Edifer acompanhou o crescimento do mercado angolano e que se tornou um investidor directo nesta economia, garantindo a oferta de emprego de um total de 1.285 trabalhadores, dos quais apenas 187 são portugueses.

Para além do desenvolvimento de negócios, a actual política de gestão encontra-se actualmente orientada para a formação e desenvolvimento profissional e de carreira de quadros locais.

Também em Angola os efeitos da crise mundial implicaram alguns ajustamentos da estratégia, decorrentes da reduzida liquidez do mercado e das dificuldades de recebimento sentidos pela generalidade dos agentes económicos.

Neste contexto foram resolvidos alguns contratos de construção atendendo à impossibilidade de avanço desses projectos.

Assinale-se, igualmente, a assinatura de um acordo relativo ao recebimento de dívidas em atraso, o qual se tem vindo a cumprir.

Embora com uma redução ligeira face a 2009, em 2010, a Edifer em Angola posiciona-se como uma das principais construtoras angolanas.

Actualmente a Edifer, através das suas subsidiárias tem obras na capital, Luanda, no Caxito, em Malange e em Menongue.

Assinalam-se, entre outras, as empreitadas do Condomínio do Bengo, do Condomínio Kojima, do Condomínio V. Gardens, do Condomínio do DALM, do Empreendimento Luanda Towers, do Edifício Kianda, do Edifício N’Krumah 10, da reabilitação da fachada do Hotel Presidente, todos em Luanda; os arruamentos na Cidade de Menongue e as reabilitações das estradas Menongue / Rio Cuelel e Menongue/Longa.

Já no final de 2010 foi manifestada a intenção de adjudicação de um importante contrato no valor de 60 milhões de dólares referente à construção da nova infra-estrutura de abastecimento de água e estação de Tratamento de Águas da cidade do Caxito, que servirá cerca de 70.000 habitantes.

Especial referência deverá ser dada à obtenção em 2010 das Certificações de Segurança e Saúde no trabalho pelas empresas do Grupo Edifer em Angola, no que constitui um duplo marco, enquanto iniciativa inovadora num mercado necessitado de investimentos continuados e de valor acrescentado para o seu desenvolvimento, e enquanto afirmação de responsabilidade e de continuidade no mercado.

Para o mercado argelino, a Edifer associou-se a outra construtora portuguesa e constituiu o GPCA – Groupe Portugais de Construction Algérie.

Na Argélia, após a assinatura dos primeiros grandes contratos de construção, alguns clientes vieram a registar dificuldades associadas ao respectivo financiamento, conduzindo estas situações às respectivas rescisões, tendo a nossa participada, GPCA, focalizado a sua actuação em algumas obras consideradas como obras-chave, e que não revelam esses constrangimentos.

Na Líbia, através da Tecnasol, a actividade resume-se a um contrato de sub-empregada referente a um troço rodoviário fundamental da capital Trípoli.

Em Moçambique, o Grupo Edifer está presente, desde há várias décadas, com a Edimetal Moçambique, participada que tem efectuado um conjunto significativo de trabalhos na área das fachadas de edifícios e na componente de mobiliário técnico.

Mais do que um factor de diferenciação, a exposição internacional da Edifer é um dos aspectos essenciais para a estratégia de crescimento recentemente aprovada e sintetizada na expressão "Crescer sem Fronteiras".



EDIFÍCIO KIANDA, Luanda

## 5. ACTIVIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

A área de Desenvolvimento de Negócios incorpora as actividades da Edifer relacionadas com os projectos de concessão, *project finance*, investimento e gestão de activos imobiliários.

### CONCESSÕES

Fruto de uma estratégia totalmente conseguida de afirmação no domínio das parcerias público-privadas, através da Edifer Desenvolvimento, o Grupo Edifer atingiu uma posição de referência no sector das concessões de infra-estruturas públicas com gestão privada, ao tornar-se o primeiro, e por enquanto o único, grande Grupo construtor português a possuir concessões atribuídas nos três segmentos de actuação: concessões rodoviárias, concessões hospitalares e concessão da Rede de Alta Velocidade.

Com efeito, a Edifer possui participações nas Concessões Rodoviárias do Baixo Alentejo e do Algarve Litoral, nas Concessões Hospitalares de Braga e de Vila Franca de Xira, e no único troço da Rede de Alta Velocidade atribuído, entre o Poceirão e Caia.

Trata-se de um facto marcante na História do Grupo Edifer, consequência

de uma estratégia deliberada de investimento nesta área, geradores de contratos de construção nos anos iniciais e de cash-flows estáveis em todo o período da concessão.

As cinco concessões da Edifer permitem igualmente à Empresa apresentar-se ao mercado reforçada nas suas competências de montagem de parcerias, *project finance* e de gestão de negócios, atributos que consideramos críticos para abrir uma nova frente de internacionalização do Grupo Edifer.

Encontrando-se relativamente esgotada a capacidade do mercado português em gerar novas oportunidades de parcerias público-privadas, a Edifer Desenvolvimento continuará a seguir todas as oportunidades no mercado interno, mas irá privilegiar novas frentes de actuação em várias economias de diferentes partes do Globo, com fortes investimentos em infra-estruturas.

A Estratégia de actuação da Edifer Desenvolvimento, totalmente alinhada com os objectivos de crescimento internacional do Grupo Edifer, assentará nos seguintes princípios:

- Participação em Concursos de PPP's, de forma limitada e selectiva, desde que alavanquem a actividade de construção e sejam atractivos nos rácios de rendibilidade e risco;
- Formação de parcerias fortes e competitivas, em associação com empresas locais, com projectistas, consultores e outras entidades, numa perspectiva de ampliação do valor acrescentado das nossas propostas e de partilha conjunta de riscos;
- Identificar e desenvolver actividades que incorporem prestação de serviços para além da construção, como forma de gerar cash-flows integrais e robustos.

#### CONCESSÕES ATRIBUÍDAS NO MERCADO NACIONAL

Segmento	Concessionário	Ano/ Mês	Prazo (anos)	Investimento*
Rodoviário	SPER, SA	2009.Janeiro	30	372
Rodoviário	RAL, SA	2009.Abril	30	162
Ferroviário	ELOS, SA	2010.Maio	40	1.339
Hospitalar	Escala Braga	2009.Fevereiro	30	120
Hospitalar	Escala VF Xira	2010.Outubro	30	80

\*Investimento em construção, em milhões de euros

## **CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

O Grupo Rodoviário Rotas Regionais é a entidade representante das Concessões do Baixo Alentejo e do Algarve Litoral, responsável pelo financiamento, construção, conservação, operação e exploração de 618 km de rodovias, correspondentes a um investimento total de 880 milhões de euros, cobrindo todo o Sul de Portugal.

As concessões de 345 Km no Baixo Alentejo e 273 km no Algarve Litoral constituem uma rede viária fundamental para o desenvolvimento da Região Sul, sendo responsabilidade do Grupo Rodoviário Rotas Regionais garantir a qualidade da assistência aos utentes nestas vias, melhorando a qualidade de vida das populações e de todos os que a procuram.

As duas concessões colocam o Grupo Rodoviário no terceiro lugar sectorial no mercado português de concessões rodoviárias.

## **ESTRADAS DA PLANÍCIE**

A SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, constituída pela Edifer, Dragados, Iridium, Tecnovia e Conduril, é a empresa detentora da concessão do Baixo Alentejo, responsável pela construção, manutenção e conservação de 345 km de estradas, dos quais 84 correspondem a lanços novos a construir.

Sob a marca Estradas da Planície, a empresa tem como objectivo assegurar a coesão territorial, através de uma ligação de qualidade (com perfil de auto-estrada) entre o Litoral e o Interior do Alentejo, bem como melhorar os acessos a duas infra-estruturas cruciais para o desenvolvimento da capacidade logística comercial e económica daquela Região: o Porto de Sines e o futuro Aeroporto Internacional de Beja. Abrangem os Concelhos de Grândola, Sines, Santiago do Cacém, Ferreira do Alentejo, Beja, Évora, Portel, Vidigueira,

Ourique, Castro Verde, Palmela, Cuba e Alcácer do Sal, beneficiando directamente 280 mil pessoas.

Corresponde a um investimento total de 560 milhões de euros que inclui a construção do IP8, a nova auto-estrada entre Sines e Beja num total de 95 Km, cuja população abrangida verá os seus tempos de percurso significativamente reduzidos.

Desde 2009 que as Estradas da Planície asseguram os serviços de assistência rodoviária em toda a extensão da concessão.

Em 2010 foram iniciados os trabalhos de construção, prevendo-se que os mesmos estejam concluídos no prazo contratual.

## **ROTAS DO ALGARVE LITORAL**

A Rotas do Algarve Litoral é a empresa responsável pela concessão do Algarve Litoral, tendo como accionistas a Edifer, Tecnovia, Conduril, Dragados e Iridium.

A empresa tem como objectivo assegurar a reconstrução, manutenção e conservação da Estrada Nacional 125, em toda a sua extensão de Sagres a Vila Real de Santo António, num total de 273 km.

Correspondendo a um investimento total de cerca de 318 milhões de euros, vem potenciar a requalificação urbana e paisagística do Algarve, promovendo o ordenamento urbano nas zonas envolventes desta via, oferecendo mais qualidade de vida às populações dos Concelhos abrangidos e maior atractividade ao principal destino turístico de Portugal.

Integra na sua intervenção os Concelhos de Vila do Bispo, Lagos, Monchique, Portimão, Silves, Lagoa, Albufeira, Loulé, Faro, S. Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António e Castro Marim, para benefício de mais de 400 mil habitantes permanentes e

cerca de 1,5 milhões nos períodos de pico turístico.

Também nesta concessão, de vital importância para a economia regional e para a imagem turística de Portugal, encontram-se mobilizados todos os meios para manter elevados níveis de assistência rodoviária aos respectivos utentes, ao mesmo tempo que se desenvolvem os exigentes trabalhos de construção da infra-estrutura.

## **REDE DE ALTA VELOCIDADE**

A Edifer integra o consórcio ao qual foi atribuída a responsabilidade pela construção e exploração do troço Poceirão – Caia da Rede de Alta Velocidade, num investimento total de 1,65 mil milhões de euros.

O Estado Português, assinou com a Elos, em Maio de 2010, o contrato de concessão, o qual, já no final de 2010 foi objecto de alterações ao respectivo articulado, de modo a enquadrar as orientações do Tribunal de Contas.

Constitui forte expectativa do consórcio e naturalmente da Edifer, que o contrato final e o visto definitivo do Tribunal de Contas venham a concretizar-se no decurso do primeiro semestre de 2011, prevendo-se o conseqüente arranque das obras.

## **CONCESSÕES HOSPITALARES**

O Grupo Edifer participa activamente nas mais actuais configurações de negócios envolvendo o projecto, a construção, o financiamento e a exploração de infra-estruturas de uso e interesse público, tendo definido como campo estratégico da sua actuação, os investimentos na nova rede de hospitais a ser desenvolvida no modelo de parceria público-privada.

Enquanto accionista fundador da PPPS – Parcerias Público Privadas para a Saúde, juntamente com o Grupo José de Mello e a Sacyr/ Somague, estabeleceu uma

parceria estável para a preparação das propostas para concorrer às concessões dos novos hospitais.

“Escala” é a marca da PPPS para os novos hospitais.

A construção e a exploração de infra-estruturas através de concessões constituem uma actividade que envolve elevados montantes de investimento, é geradora de resultados sustentados a médio e longo prazo e assim, uma vez estabelecida, está menos sujeita às flutuações conjunturais que caracterizam o mercado da construção. Este negócio tem também associada a actividade de construção, cujo resultado se reflecte num período muito anterior à da própria exploração das concessões.

A aposta neste campo de diversificação da sua actividade conduziu a um investimento total e continuado que se situa actualmente nos 10 milhões de euros, dirigido fundamentalmente para o estudo e preparação das propostas, correspondendo à quota-parte do Grupo Edifer cerca de 1,5 milhões de euros.

As duas concessões atribuídas a este consórcio, colocam a Edifer no primeiro lugar sectorial no mercado português de concessões hospitalares.

#### **HOSPITAL DE BRAGA**

Primeiro hospital atribuído ao consórcio Escala. Encontrando-se na fase final de construção e com início de actividade previsto para Maio de 2011, o novo hospital central terá 706 camas e 12 salas de cirurgia distribuídas por uma área clínica de 99 mil m<sup>2</sup> assentes numa área de construção total de 140.000 m<sup>2</sup>. Esta unidade de saúde representa um investimento total de 200 milhões de euros e em construção de cerca de 120 milhões de euros. Vai servir um milhão de pessoas, dos distritos de Braga e de Viana do Castelo.

#### **HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

Segundo hospital atribuído ao consórcio

Escala. Com capacidade para 280 camas, o novo hospital terá também 9 salas de operação, 26 salas de exames e 6 salas de parto, distribuídas por 50.000 m<sup>2</sup> de área. A obra terá um investimento de 102 milhões de euros, com a parcela de construção calculada em cerca de 60 milhões de euros. O hospital irá assegurar a cobertura da prestação de cuidados de saúde a mais de 240 mil residentes da sua área de influência – Alenquer, Azambuja, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira e Benavente. Este Hospital foi adjudicado no segundo semestre de 2010 e aguarda-se, à data de elaboração deste relatório, o visto definitivo do Tribunal de contas, após o qual se iniciarão de imediato as actividades de construção.

#### **OUTROS PROJECTOS NO MERCADO NACIONAL**

A Edifer possui em fase de desenvolvimento outros projectos de parceria no mercado português, de entre os quais destacamos a construção e futura exploração de uma plataforma logística que servirá o Porto de Leixões e um projecto de residência universitária na cidade de Évora.

Ambos os projectos encontram-se em fase de negociação directa entre as Entidades Concedentes e a Edifer, enquanto *preferred bidder*, prevendo-se que no decurso do primeiro semestre de 2011 estes projectos possam materializar-se.

Gostaríamos igualmente de referir que não foi possível avançar no processo de concessão e construção do Novo Aeroporto de Lisboa, devido ao Estado Português não ter dado continuidade ao respectivo processo.

O Grupo Edifer continua a entender como essencial a renovação desta infra-estrutura estratégica para o País, mantendo a sua inteira disponibilidade em criar um consórcio vencedor, e ficando a aguardar as futuras evoluções deste projecto.

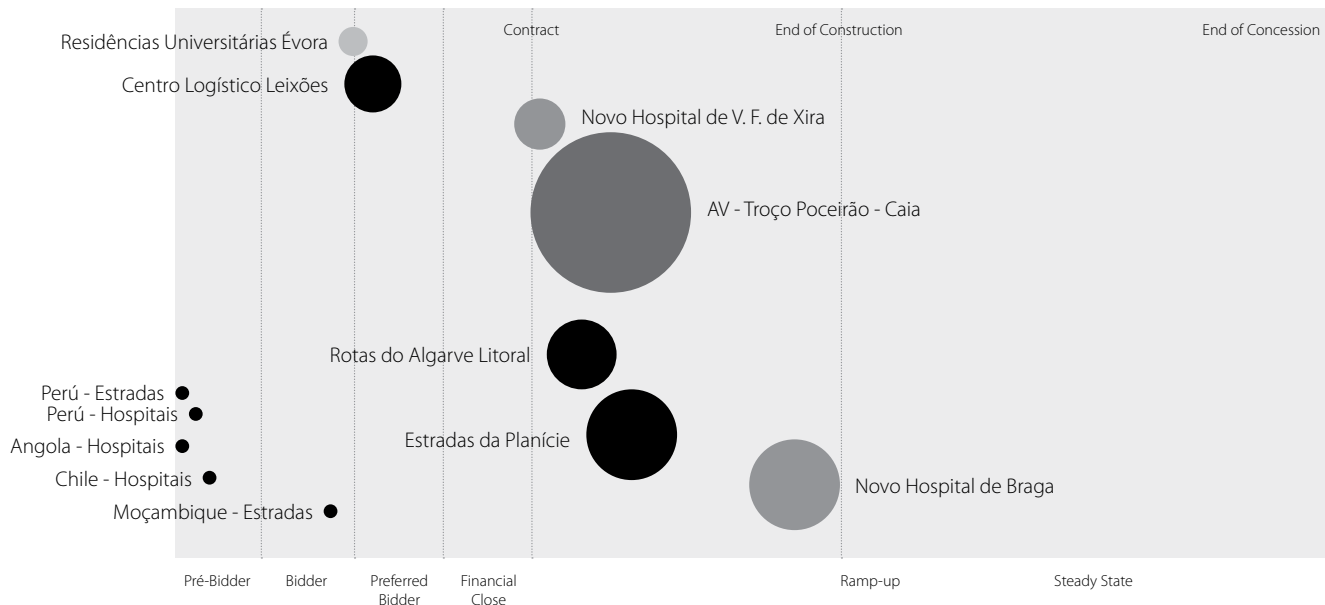
#### **INTERNACIONALIZAÇÃO**

O Grupo Edifer assume o crescimento internacional como o seu desígnio estratégico para os próximos anos e a actividade de Desenvolvimento de Negócios é um dos eixos preferenciais de internacionalização das suas actividades.

Nesse sentido, e no decurso de 2010, foram já encetadas várias actividades visando a entrada em novos mercados, nomeadamente nos continentes africano e sul-americano.

Nesta fase inicial as oportunidades em apreciação centram-se em Angola, Moçambique, Chile, Brasil e Perú, podendo admitir-se que durante 2011 possam surgir novos pólos de prospecção atendendo às fortes solicitações que têm sido propostas à Edifer para entrar noutros mercados.

O quadro seguinte conjuga a posição relativa dos projectos de concessões em gestão e de responsabilidade da Edifer Desenvolvimento, com a dimensão económica dos mesmos.



## IMOBILIÁRIO

A Edifer Imobiliária ocupa um posicionamento de referência no mercado imobiliário e tem como missão a promoção residencial de elevada qualidade e a oferta de novas soluções em espaços de escritórios e comerciais, assim como em parques logísticos.

Fundada em 1985 conta com mais de 300.000 m<sup>2</sup> de área promovida, desenvolvendo a sua actuação no mercado português e angolano.

Em 2010, o desenvolvimento da actividade imobiliária no mercado português foi totalmente condicionada pelos impactos da crise económica e financeira que, como sabemos, incidiu de modo particular sobre este mercado.

Este contexto adverso foi encarado pela Edifer Imobiliária como um desafio para encontrar novos modelos de actuação e resposta face a uma procura claramente deprimida.

Jogaram a nosso favor alguns aspectos que reputamos de essenciais, entre os quais, desde logo a Marca Edifer e a diferenciação qualitativa que os nossos

produtos apresentam face à concorrência directa.

A actuação da empresa incidiu sobre a gestão das variáveis marketing da distribuição e do preço, tendo sido desenvolvidas iniciativas mobilizadoras dos canais de mediação e, sobretudo, iniciativas de reposicionamento de preço e de condições negociais.

Como resultado, apraz-nos registar a inversão do ritmo de queda de vendas ao qual ainda assistimos no primeiro semestre de 2010, e a continuidade de contratação de novas vendas a partir do segundo semestre.

A Edifer Imobiliária pretende dar continuidade à sua estratégia de crescimento através da oferta de produtos de qualidade dirigidos a públicos-alvo muito seleccionados, pelo que a sua carteira de empreendimentos será alargada nos próximos anos, quer na componente geográfica, quer na componente de segmentos de actividade.

No mercado português, a Edifer Imobiliária prepara-se para iniciar, já em

2011, a construção do Empreendimento Santos City Design, no Largo de Santos, um projecto residencial com 31 apartamentos com três conceitos residenciais independentes e cinco lojas.

Da carteira de oportunidades em fase de análise pela Edifer Imobiliária constam projectos e parcerias a serem desenvolvidos no Brasil e em Angola.

## GESTÃO DE ACTIVOS

A Edifer Imobiliária foi instruída pela Comissão Executiva do Grupo Edifer para a avaliação e colocação no mercado de um conjunto expressivo de activos detidos pelas várias sociedades do Grupo.

Este conjunto de activos imobiliários é constituído por terrenos, prédios rústicos urbanizáveis, prédios urbanos e unidades ou fracções de empreendimentos, com valores de mercado e patrimoniais, alguns de elevada expressão.

Já em 2010 foi possível iniciar os processos de alienação, sendo que os planos de actividade para 2011 prevêm um forte incremento da venda destes activos.

## 6. SERVIÇOS PARTILHADOS

A Edifer Serviços actua em toda a fileira dos serviços especializados para as empresas de construção, garantindo o conjunto de serviços e processos de suporte às empresas, consórcios, agrupamentos complementares de empresas e projectos do Grupo Edifer.

As suas valências incluem as áreas financeiras e administrativas, os serviços jurídicos e de contencioso, os recursos humanos, os sistemas e tecnologias de informação e o marketing, comunicação e imagem.

Actualmente a Edifer Serviços possui Profissionais alocados aos principais pólos operacionais das empresas do Grupo Edifer, incluindo o mercado angolano.

Constituída societariamente em 1999, mas resultando da prévia centralização de serviços administrativos efectuada a meados da década de 1990, a Edifer Serviços foi a primeira empresa de serviços partilhados a ser criada no sector português da construção, e, desde então, tem mantido um investimento continuado em processos, sistemas de suporte e soluções inovadoras preparadas para o desenvolvimento das empresas suas clientes.

O exercício de 2010 fica marcado essencialmente e de modo geral pelo recondicionamento da actividade da Empresa ao contexto sectorial e à evolução das perspectivas de desenvolvimento de negócios do próprio Grupo Edifer.

Assim, ficou garantido um nível de custo total muito inferior ao valor orçamentado, o que constitui uma dupla vantagem: no curto prazo, um factor de rendibilidade adicional assente no aumento da produtividade da Edifer Serviços, e no médio prazo, um contributo significativo para o reforço da competitividade das Empresas do Grupo Edifer.

Igualmente, em 2010, procedeu-se à substituição do operador de tecnologias de informação, através de um procedimento concursal que contou com a participação das principais tecnológicas portuguesas e multinacionais, sendo este novo contrato potenciador de elevadas economias e de acrescidos níveis de serviço, em particular, e desde logo, a universalidade da sua prestação nas geografias onde estamos a trabalhar.

Especial destaque tem que ser atribuído igualmente à obtenção da certificação da gestão de recursos humanos pela Norma NP 4427:2004, que pela primeira vez foi concedido a uma grande construtora.

Ainda na área dos Recursos Humanos apraz registar o *Business Process Outsourcing* (BPO) abrangendo a gestão administrativa e em particular os procedimentos cadastrais e de processamento de remunerações.

No plano da comunicação interna, prosseguiram as acções de envolvimento de colaboradores em iniciativas de responsabilidade social e, em função do novo modelo organizativo do Grupo Edifer foram lançadas novas iniciativas de comunicação destinadas ao aumento da informação e da auto-estima.

Todos os pontos assinalados constituem aspectos de modernização da Empresa e, fundamentalmente de modernização do próprio Grupo Edifer.

Assinale-se finalmente o forte esforço de ajustamento da estrutura organizacional da Edifer Serviços levada a cabo no decurso de 2010.

Com uma redução próxima de 1/5 da sua estrutura humana, e efectuada sem colocar em causa os níveis de serviço prestados, este ajustamento permitirá à Empresa equacionar o seu futuro numa base mais sólida e continuar a responder aos desafios das Empresas suas Clientes.

Todo o exercício de 2010 fica historicamente marcado pelos impactos da crise económica e financeira que se abateu sobre a Economia Nacional, não tendo a Edifer Serviços constituído excepção neste domínio.

## 7. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Assente na missão, valores e objectivos estratégicos do Grupo, a Sustentabilidade na Edifer pretende minimizar os impactos da nossa actividade, aproximando os interesses de todas as partes interessadas que conosco interagem, garantindo igualmente a rentabilidade.

Com o projecto *“One Earth for All”*, que decorre desde 2008, pretendemos proporcionar uma reflexão sobre a performance económica, social, ambiental e sobre as práticas de gestão sustentável do Grupo Edifer, de modo a ser possível integrar novos modelos de actuação e atingir renovadas metas cada vez mais ambiciosas.

Em 2009, a Edifer relatou, pela primeira vez, as suas boas práticas, num Relatório de Sustentabilidade.

Em 2010, já na segunda edição, apresentamos os pilares do desenvolvimento sustentável Edifer e o respectivo desempenho nas dimensões económica e financeira, pessoas, partes interessadas, ambiente e inovação.

Demos igualmente continuidade ao projecto *GreenBuilding*, lançado em 2009, divulgando e incorporando nas nossas soluções os princípios e metodologias do que se transformou num novo núcleo de competências no domínio da construção sustentável.

Em obra, implementamos práticas inovadoras ao nível da Gestão de Obra, Qualidade, Segurança e Ambiente, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos dos Clientes, com reduzidos níveis de sinistralidade, elevadas taxas de separação de resíduos e minimização dos impactes globais da obra na sua envolvente e junto dos trabalhadores. Para tal o Grupo tem apostado nas certificações de acordo com os

referenciais normativos internacionais.

A Edifer Construções e a Tecnasol em Portugal receberam da APCER a confirmação da resposta ao relatório da auditoria, renovando a certificação das áreas da qualidade, segurança e saúde e efectuado o acompanhamento da certificação de ambiente, cuja renovação ocorre no próximo ano. A Promorail recebeu a Certificação do Sistema de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2004) atribuída pela APCER, a juntar às certificações de gestão de Qualidade e Segurança.

A Edifer Angola, a Tecnasol Angola e a Construções Fortaleza, obtiveram a certificação externa em Angola do seu sistema de Segurança e Saúde no trabalho, de acordo com a norma internacional OHSAS 18001:2007. Com a certificação externa do sistema de segurança e saúde, as construtoras da Edifer em Angola vêem reconhecido o cumprimento dos mais elevados padrões internacionais de segurança e saúde no trabalho, o que constitui um marco importante no desenvolvimento das empresas e do sector da construção neste país.

Destacamos ainda a certificação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos pela Edifer Serviços, a primeira empresa do sector a obter esta certificação, reforçando a aposta da empresa na excelência de processos como forma potenciadora de exceder as expectativas de todas as partes envolvidas - Colaboradores, Accionistas e restantes *stakeholders*.

Com o programa de acções *“Você Conta!”*, constituído por diversas iniciativas de cariz ambiental, responsabilidade económica e de solidariedade social, com a participação dos colaboradores do Grupo, demos corpo, em 2010, a diversas acções de que destacamos a participação no projecto G.I.R.O., a maior acção de voluntariado empresarial

do país, que visa a melhoria das condições dos espaços de instituições que apoiam grupos de risco e a Acção de Voluntariado em Família, em que assinalando o Ano Internacional da Biodiversidade, participámos na pintura de um mural na AFID – Associação Nacional de Famílias para a integração da Pessoa Deficiente em Alfragide, ambas da responsabilidade do GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial).

Em 2010, dinamizámos igualmente campanhas de dádiva de sangue, em parceria com o Instituto Português do Sangue e de recolha de radiografias para a AMI, que as recicla com o duplo objectivo de ajudar quem precisa com a venda da prata recolhida das mesmas e também de reciclar um material que, se atirado para o lixo, pode ser poluente.

O sucesso da Campanha do Você Conta - Acção Solidária com Angola - permitiu a recolha de material escolar diverso entregue aos cerca de 60 alunos da Escola de Santa Ambuleia, no Caxito.

Dando continuidade ao nosso objectivo de apoiar crianças carenciadas, distribuímos todo o material anteriormente recolhido e não enviado para Angola por três Associações: *“Os Francisquinhos”*, Associação de Pais e Amigos das Crianças do Hospital de S. Francisco Xavier; Centro Social do Bairro 6 de Maio, projecto missionário das irmãs dominicanas de apoio ao Bairro com o mesmo nome, na Amadora e também para a Biblioteca *“Dê Pra Troca”*, iniciativa das Juntas de Freguesia de Belém e São Francisco Xavier.

A Sustentabilidade é um dos Valores Edifer e é, tão simplesmente, o modo prático de materializarmos a nossa interligação com a Sociedade.

## 8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Edifer alcançou os 404 milhões de euros de negócios consolidados no exercício de 2010, registando uma ligeira descida face a 2009, mas em linha com as dificuldades gerais que a economia e o sector continuam a atravessar.

### VOLUME DE NEGÓCIOS

Com efeito, a acrescer às continuadas dificuldades sectoriais que vinham do passado, em 2010, registou-se uma fortíssima crise de liquidez internacional, com repercussão em todos os mercados, incluindo aqueles em que possuímos operações, e que impactou o normal desenrolar dos projectos de investimento com particular destaque para os projectos de parcerias público-privadas onde o Grupo tem presença significativa.

Também em Angola, mercado de enorme relevância, para o Grupo Edifer a fortíssima crise de liquidez vivida em 2010 afectou negativamente a evolução do Volume de Negócios inicialmente projectado.

Ainda assim, numa perspectiva mais longa, o valor de 404 milhões de euros é francamente positivo, assegurando e consolidando a presença do Grupo num patamar de implantação entre os principais Grupos de Construção Portugueses.

### RESULTADOS

Os resultados consolidados do exercício de 2010 registam uma ligeira redução face aos do ano anterior.

No que se refere ao EBITDA, o mesmo atingiu 39,7 milhões de euros, valor que compara com 41,4 milhões de euros do ano anterior.

Esta evolução, considerando a descida do volume de negócios, revela uma clara melhoria da performance económica do Grupo e demonstra, de novo, a correcta aposta estratégica na internacionalização, onde os mercados

permitem operações de margens superiores às do mercado interno.

O resultado líquido consolidado de 2010, incluindo interesses minoritários, foi de 11,5 milhões de euros, contra 14,4 milhões de euros obtidos no ano anterior, e é penalizado pela degradação do resultado financeiro, por sua vez influenciado pela agressiva subida dos spreads bancários a alcançar valores recordes, consumindo parte dos ganhos de eficiência obtidos na cadeia a montante.

### ENDIVIDAMENTO

O nível do endividamento bancário líquido do Grupo desceu 19 milhões de euros em 2010, face a 2009, incorporando os resultados positivos da actividade.

Com esta evolução o rácio DEBT/EBITDA, na vizinhança de 3,5, apresenta-se muito favorável e continua a situar-se entre os melhores do sector.

Refira-se também, para além da escassez de crédito, a escalada generalizada dos spreads bancários fortemente limitadora da rentabilidade e do arranque de novos projectos.

Por via de dificuldades pontuais de cobrança, nomeadamente no mercado angolano, bem patentes no aumento do valor das dívidas de clientes (mais 45 milhões de euros), sem compensação do lado das dívidas a terceiros, não foi possível maior redução do nível de endividamento que, todavia, face aos indicadores do sector e concorrência se encontra significativamente abaixo da média dos principais operadores.

### CAPITAIS PRÓPRIOS

O valor dos capitais próprios com interesses minoritários à data de 31 de Dezembro de 2010 cifra-se em 66 milhões de euros, um aumento de 20% face a 2009 e de 37% face a 2008, numa trajectória de crescimento sustentado, evidência directa da política do seu reforço, considerada fundamental para dotar o Grupo com uma base de capital sólida e de dimensão adequada à estratégia definida e aos projectos em carteira.

## 9. PERSPECTIVAS PARA 2011

Pese embora a incerteza generalizada que paira sobre as economias onde estamos instalados e a falta de confiança dos investidores, a Edifer encara o exercício de 2011 com um optimismo moderado.

Definimos um novo modelo de governo da sociedade com a instituição da Comissão Executiva e da responsabilização directa das Administrações das Associadas, que nos parece ser a fórmula de gestão mais adequada para enfrentar de modo profissional e empenhado as dificuldades e desafios dos próximos anos.

Aprovámos uma Nova Estratégia para o Grupo Edifer até ao horizonte de 2015, reafirmando a nossa determinação na actividade de construção, privilegiando a entrada em novos mercados e reequilibrando o peso relativo de cada mercado e de cada actividade.

Dispomos de um conjunto significativo de iniciativas estruturantes que permitirão a montagem de operações geradoras de importantes dimensões de cash-flow.

Possuímos uma carteira de encomendas que excede, já hoje e de modo claro, os objectivos de facturação de 2011 e temos em curso iniciativas comerciais e contratuais que permitirão ampliar de forma significativa os trabalhos futuros. Conhecemos os riscos da actividade e do negócio e os nossos Profissionais estão cada vez mais mobilizados para todas as solicitações que a Sociedade faz à Construção.

Em 2011, a actividade de Concessões do Grupo Edifer iniciará a fase de visibilidade pública da construção, com o lançamento em força dos respectivos investimentos e das várias frentes de obra.

As perspectivas para o desempenho económico do Grupo Edifer em 2011 são pois positivas e realistas.

Espera-se igualmente que as medidas de gestão de cash-flow e as operações de natureza estruturante contribuam para o reforço do equilíbrio financeiro do Grupo Edifer.

## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a legislação em vigor, o Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação de resultados.

O resultado líquido do exercício foi de 7.749.840,29 euros.

Na medida em que a Estratégia de Crescimento prosseguida pelo Grupo Edifer se baseia numa continuada iniciativa de investimentos e de valorização da Empresa através do reforço dos seus Capitais Próprios, a Administração propõe que o referido resultado líquido seja aplicado integralmente na conta de Resultados Transitados.

A ser aprovada esta proposta de aplicação de resultados, os Capitais Próprios do Grupo ascenderão a 50.233.555,78 euros.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da Edifer Investimentos – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., regista os elevados níveis de colaboração prestados pelos Clientes, Fornecedores, Subempreiteiros, demais Parceiros, Instituições Públicas e Entidades Bancárias, bem como por todo o Quadro de Pessoal, e realça de modo particular a total disponibilidade e colaboração manifestada pelo Fiscal Único e pela Sociedade Revisora Oficial de Contas, agradecendo, finalmente, a confiança depositada neste Conselho de Administração e na respectiva Comissão Executiva, pelos Accionistas do Grupo Edifer.

Alfragide, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração,

**Vera Pires Coelho**

(Presidente)

**Carlos da Silva José**

(Vice-Presidente e CEO)

**Fernando José Viotto Monteiro Pacheco**

(Vice-Presidente)

**Fernando Machado Matos**

(Vice-Presidente)

**Miguel Pires Mateus**

**Rui Pereira de Sousa**

**Manuel Cardoso Relvas**

**Luís Filipe de Jesus Fernandes**

**Maria Manuela Martins dos Santos**

**Alexandre Pires Fernandes**

016017

## Demonstrações Financeiras Consolidadas 2010

## 12. BALANÇO CONSOLIDADO

EDIFER INVESTIMENTOS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

## BALANÇO CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em euros)

ACTIVO	2010	2009
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>		
Activos fixos tangíveis	78.684.653	81.475.895
Propriedades de investimento	-	-
Trespasse (Goodwill)	10.418.958	8.998.564
Activos intangíveis	13.284	1.641.082
Activos biológicos	-	-
Participações financeiras	2.861.218	4.322.086
Accionistas / sócios	22.399.959	15.932.406
Outros activos financeiros	6.104.913	6.111.186
Activos por impostos diferidos	4.508.520	4.768.619
Activos não correntes detidos para venda	-	-
<b>TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>124.991.505</b>	<b>123.249.838</b>
<b>ACTIVO CORRENTE</b>		
Inventários	38.016.768	49.716.821
Activos biológicos	-	-
Clientes	289.470.863	242.202.872
Adiantamentos a fornecedores	56.574.753	33.602.129
Estados e outros entes públicos	5.915.481	4.947.569
Accionistas / sócios	34.351.830	29.586.010
Outras contas a receber	115.628.192	119.256.357
Diferimentos	3.397.320	5.771.688
Activos financeiros detidos para negociação	867	1.000.867
Outros activos financeiros	-	-
Caixa e depósitos bancários	44.103.485	30.442.938
<b>TOTAL DO ACTIVO CORRENTE</b>	<b>587.459.557</b>	<b>516.527.251</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>712.451.063</b>	<b>639.777.089</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
Capital realizado	5.000.000	5.000.000
Ações (quotas) próprias	(1.200.000)	(1.200.000)
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	14.242.792	14.242.792
Prémios de emissão	-	-
Reservas legais	1.000.000	1.000.000
Outras reservas	-	-
Excedentes de revalorização	-	-
Ajustamentos em activos financeiros	(2.361.362)	(166.503)
Outras variações no capital próprio	-	-
Resultados transitados	25.802.285	16.004.475
Resultado líquido do período	7.749.840	9.797.810
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>50.233.556</b>	<b>44.678.575</b>
Interesses minoritários	15.775.707	10.062.404
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>66.009.263</b>	<b>54.740.979</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		
Provisões	13.807.600	12.120.510
Financiamentos obtidos	69.271.862	54.534.874
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	-
Passivos por impostos diferidos	1.845.281	2.170.197
Outras contas a pagar	1.114	-
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>84.925.858</b>	<b>68.825.581</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Fornecedores	202.668.922	195.744.419
Adiantamentos de clientes	83.459.248	75.302.882
Estado e outros entes públicos	5.878.724	6.413.828
Accionistas / sócios	1.547.419	1.130.771
Financiamentos obtidos	117.176.788	135.828.083
Outras contas a pagar	58.277.083	45.686.504
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos financeiros	3.514.934	-
Diferimentos	88.992.823	56.104.044
<b>TOTAL DO PASSIVO CORRENTE</b>	<b>561.515.942</b>	<b>516.210.530</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>646.441.800</b>	<b>585.036.110</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>712.451.063</b>	<b>639.777.089</b>

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2010.

Alfragide, 28 de Fevereiro de 2011  
O Técnico Oficial de Contas,  
Carlos CabarrãoO Conselho de Administração,  
Vera Pires Coelho (Presidente)  
Carlos da Silva José (Vice-Presidente)Fernando Monteiro Pacheco (Vice-Presidente)  
Fernando Machado Matos (Vice-Presidente)  
Miguel Pires MateusRui Pereira de Sousa  
Manuel Cardoso Relvas  
Luís Filipe de Jesus FernandesMaria Manuela Martins dos Santos  
Alexandre Pires Fernandes

### 13. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

EDIFER INVESTIMENTOS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009</b> (Montantes expressos em euros)		
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Vendas e serviços prestados	404.031.657	470.627.580
Subsídios à exploração	161.899	144.469
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(766.737)	(1.783.012)
Variação nos inventários da produção	(9.246.297)	(1.787.680)
Trabalhos para a própria entidade	1.230.832	2.265.983
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(73.425.706)	(83.153.198)
Fornecimentos e serviços externos	(220.497.056)	(274.813.963)
Gastos com o pessoal	(61.542.672)	(74.099.260)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(1.118.612)	7.685
Provisões (aumentos / reduções)	612.393	8.368
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	-	(87.137)
Aumentos / reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos	6.322.971	12.765.283
Outros gastos e perdas	(6.065.804)	(8.709.223)
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>	<b>39.696.867</b>	<b>41.385.894</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(12.916.392)	(13.433.381)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	-	(19.322)
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>26.780.474</b>	<b>27.933.190</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2.367.184	4.950.756
Juros e gastos similares suportados	(16.601.614)	(16.801.181)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>12.546.045</b>	<b>16.082.765</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(1.023.953)	(1.639.476)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>11.522.092</b>	<b>14.443.289</b>
Resultado das actividades descontinuadas	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL A:</b>		
Detentores do capital da empresa-mãe	7.749.840	9.797.810
Interesses minoritários	3.772.252	4.645.478

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada em 31 de Dezembro de 2010.

Alfragide, 28 de Fevereiro de 2011  
O Técnico Oficial de Contas,  
Carlos Cabrão

O Conselho de Administração,  
Vera Pires Coelho (Presidente)  
Carlos da Silva José (Vice-Presidente)  
Fernando Monteiro Pacheco (Vice-Presidente)  
Fernando Machado Matos (Vice-Presidente)  
Miguel Pires Mateus  
Rui Pereira de Sousa  
Manuel Cardoso Rêlvás  
Luís Filipe de Jesus Fernandes  
Maria Manuela Martins dos Santos  
Alexandre Pires Fernandes

018019

**14. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 2009**

EDIFER INVESTIMENTOS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 31 DE DEZEMBRO DE 2009** (Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos do capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009</b>	5.000.000	(1.200.000)	14.242.792	-	1.000.000
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>					
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					
Alterações de políticas contabilísticas					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					
Ajustamentos por impostos diferidos					
Efeito de aquisição / alienação de participadas					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					
Aplicação do método de equivalência patrimonial					
	<b>5.000.000</b>	<b>(1.200.000)</b>	<b>14.242.792</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>					
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>					
Realizações de capital					
Realizações de prémios de emissão					
Distribuições					
Entradas para cobertura de perdas					
Outras operações					
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009</b>	<b>5.000.000</b>	<b>(1.200.000)</b>	<b>14.242.792</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2009.

Alfragide, 28 de Fevereiro de 2011  
O Técnico Oficial de Contas,  
Carlos CabarrãoO Conselho de Administração,  
Vera Pires Coelho (Presidente)  
Carlos da Silva José (Vice-Presidente)Fernando Monteiro Pacheco (Vice-Presidente)  
Fernando Machado Matos (Vice-Presidente)  
Miguel Pires MateusRui Pereira de Sousa  
Manuel Cardoso Relvas  
Luís Filipe de Jesus FernandesMaria Manuela Martins dos Santos  
Alexandre Pires Fernandes**15. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 2010**

EDIFER INVESTIMENTOS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 31 DE DEZEMBRO DE 2010** (Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos do capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010</b>	5.000.000	(1.200.000)	14.242.792	-	1.000.000
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>					
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					
Alterações de políticas contabilísticas					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					
Ajustamentos por impostos diferidos					
Efeito de aquisição / alienação de participadas					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					
Aplicação do método de equivalência patrimonial					
	<b>5.000.000</b>	<b>(1.200.000)</b>	<b>14.242.792</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>					
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>					
Realizações de capital					
Realizações de prémios de emissão					
Distribuições					
Entradas para cobertura de perdas					
Outras operações					
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010</b>	<b>5.000.000</b>	<b>(1.200.000)</b>	<b>14.242.792</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2010.

Alfragide, 28 de Fevereiro de 2011  
O Técnico Oficial de Contas,  
Carlos CabarrãoO Conselho de Administração,  
Vera Pires Coelho (Presidente)  
Carlos da Silva José (Vice-Presidente)Fernando Monteiro Pacheco (Vice-Presidente)  
Fernando Machado Matos (Vice-Presidente)  
Miguel Pires MateusRui Pereira de Sousa  
Manuel Cardoso Relvas  
Luís Filipe de Jesus FernandesMaria Manuela Martins dos Santos  
Alexandre Pires Fernandes



020021

**16. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA**

EDIFER INVESTIMENTOS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009** (Montantes expressos em euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
Recebimentos de clientes	362.936.910	402.714.675
Pagamentos a fornecedores	(177.099.662)	(272.294.635)
Pagamentos ao pessoal	(64.555.608)	(75.979.434)
<b>FLUXOS GERADOS PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>121.281.640</b>	<b>54.440.607</b>
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(1.919.663)	(494.435)
Outros recebimentos/(pagamentos)	(65.300.345)	(62.339.140)
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>	<b>54.061.631</b>	<b>(8.392.968)</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de: Investimentos financeiros	5.850.000	375.000
Activos fixos tangíveis	910.631	1.748.759
Juros e rendimentos similares	2.339.572	3.073.398
Dividendos	141.431	144.737
Empréstimos concedidos a empresas do Grupo	-	(1.258.394)
	<b>9.241.634</b>	<b>4.083.500</b>
Pagamentos respeitantes a: Investimentos financeiros	(57.539)	(1.348.836)
Activos fixos tangíveis	(9.654.301)	(10.829.591)
Activos intangíveis	-	(12.000)
Empréstimos concedidos a empresas do Grupo	(6.827)	(12.202.618)
	<b>(9.718.667)</b>	<b>(24.393.045)</b>
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>	<b>(477.033)</b>	<b>(20.309.545)</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos respeitantes a: Financiamentos obtidos	22.246.761	36.345.832
Empréstimos concedidos de empresas do Grupo	-	5.580.587
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo	-	1.204.077
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio	3	50.000
Outras operações de financiamento	1.863.717	-
	<b>24.110.481</b>	<b>43.180.495</b>
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos	(41.301.036)	(6.911.372)
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo	(115.106)	-
Amortizações contratos de locação financeira	-	(3.246.952)
Juros e gastos similares	(16.399.480)	(14.802.648)
Outras operações de financiamento	(7.507.867)	-
	<b>(65.323.490)</b>	<b>(24.960.972)</b>
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (3)</b>	<b>(41.213.009)</b>	<b>18.219.523</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	12.371.589	(10.482.989)
Efeitos das diferenças de câmbio	288.956	(228.203)
Caixa e seus equivalentes no início do período	31.443.805	37.152.818
Caixa e seus equivalentes no início do período de empresas incluídas no perímetro durante o ano	-	5.002.179
Caixa e seus equivalentes no início do período de empresas excluídas do perímetro durante o ano	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	44.104.351	31.443.805

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada em 31 de Dezembro de 2010.

Alfragide, 28 de Fevereiro de 2011  
O Técnico Oficial de Contas,  
Carlos CabarrãoO Conselho de Administração,  
Vera Pires Coelho (Presidente)  
Carlos da Silva José (Vice-Presidente)  
Fernando Monteiro Pacheco (Vice-Presidente)  
Fernando Machado Matos (Vice-Presidente)  
Miguel Pires Mateus  
Rui Pereira de Sousa  
Manuel Cardoso Relvas  
Luís Filipe de Jesus Fernandes  
Maria Manuela Martins dos Santos  
Alexandre Pires Fernandes

## 17. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EDIFER INVESTIMENTOS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	PÁGINA	
Nota 1	NOTA INTRODUTÓRIA	81
Nota 2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	81
Nota 3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	82
Nota 4	FLUXOS DE CAIXA	86
Nota 6	PARTES RELACIONADAS	88
Nota 7	ACTIVOS INTANGÍVEIS	90
Nota 8	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	90
Nota 10	LOCAÇÕES FINANCEIRAS	91
Nota 11	CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	92
Nota 13	IMPARIDADES DE ACTIVOS	92
Nota 14	INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	93
Nota 16	INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO	94
Nota 19	INVENTÁRIOS	96
Nota 20	CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	97
Nota 21	RÉDITO	97
Nota 22	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES	98
Nota 23	SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	98
Nota 24	EFEITO DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CAMBIO	99
Nota 26	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	99
Nota 31	OUTRAS INFORMAÇÕES	100

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Edifer – Investimentos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Edifer Investimentos” ou “Grupo”) com sede na Amadora, foi constituída em 27 de Outubro de 1992 com a denominação “Lisimo – Consultadoria, Imobiliário e Investimentos, S.A.”. Em 22 de Dezembro de 1999 alterou a sua designação para a actual e tem por objecto social, desde essa data, a gestão de participações sociais noutras empresas como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

As empresas por si participadas têm por principal objectivo a realização de empreitadas de obras públicas e privadas, em diversas áreas da construção civil, o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, a exploração de projectos de concessões de infra-estruturas diversas e a prestação de serviços especializados às empresas do Grupo.

#### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras

consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso nº 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas).

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

O Grupo adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009 e o Grupo preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

O Grupo ajustou as demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com anterior referencial contabilístico, de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2010.

A reconciliação do capital próprio em 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

Reconciliação, reportada a 31.12.2009 (final do último período relatado segundo o anterior referencial contabilístico), entre (i) o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico e (ii) o capital próprio segundo as NCRF, incluindo reconciliação entre (iii) o resultado relatado segundo o anterior referencial contabilístico relativo ao período 2009, e (iv) o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período	CAPITAL PRÓPRIO				
	Resultado de 2009	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Posição em 31.12.2009 de acordo com o anterior referencial contabilístico	9.797.810	17.305.500	19.480.940	10.062.765	56.647.015
Correcções de erros cometidos segundo o anterior referencial contabilístico	...	...			0
Alterações às políticas contabilísticas					
Desreconhecimento de goodwill / activos intangíveis		(1.127.479)	(144.749)	(56)	(1.272.283)
Reconhecimento de custos diferidos		(173.547)	(459.902)	(304)	(633.753)
Reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade	...	...			0
					0
Posição em 31.12.2009 de acordo com as NCRF	9.797.810	16.004.475	18.876.290	10.062.404	54.740.979

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

#### 3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Grupo nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados do Grupo

incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada,

casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

#### 3.3 Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias foi realizada pelo método de integração global (ver Nota 16), de acordo com a NCRF15. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de

consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica “Interesses minoritários”.

Os empreendimentos conjuntos em que o Grupo participa foram englobados na consolidação pelo método proporcional (ver Nota 14), de acordo com a NCRF13, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção.

### 3.4 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial

dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/ operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, excepto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o

activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

Os restantes activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das Quotas Constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

MÉTODOS DE DEPRECIÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIÇÃO USADAS NOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis		entre 5 a 50		entre 3 a 10	entre 3 a 5	entre 1 a 10		entre 2 a 10
Taxas de depreciação		20% ; 2%		33,33% ; 10%	33,33% ; 20%	100% ; 10%		50% ; 10%
Métodos de depreciação		Quotas Constantes		Quotas Constantes	Quotas Constantes	Quotas Constantes		Quotas Constantes

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da

alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário.

As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da

responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### **3.6 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada

do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### **3.7 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento

contabilístico adoptado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. Contudo o Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### **3.8 Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais

futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Grupo tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) o Grupo tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

O Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), que em 2010 é calculado como segue:

- À taxa de 12,50% aplicável aos primeiros 12.500 Euros,
- À taxa de 25% aplicável ao excedente,
- Acrescidas em 1,5% de Derrama, calculada sobre o Lucro Tributável.

Relativamente às empresas do Grupo de direito Angolano, as mesmas encontram-se sujeitas à tributação em sede de imposto Industrial – Grupo A, beneficiando de uma isenção do imposto industrial concedida ao abrigo do nº 1 do artigo 10º da lei nº17/03 de 25 de Julho.

### **3.9 Inventários**

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

### **3.10 Transacções e saldos em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### **3.11 Provisões**

São reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos

necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando o Grupo é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **3.12 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para o Grupo;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/ serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito do Grupo receber o correspondente montante.

### 3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### 3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações

financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se conforme se segue:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO		PERÍODO 2010			PERÍODO 2009		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	TOTAIS	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	TOTAIS
Caixa	Numerário	4.649.498		4.649.498	4.188.687		4.188.687
	Vales de Caixa	91.012		91.012	312.332		312.332
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>4.740.510</b>	<b>0</b>	<b>4.740.510</b>	<b>4.501.019</b>	<b>0</b>	<b>4.501.019</b>
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	26.534.337		26.534.337	24.224.568		24.224.568
	Outros depósitos bancários	12.828.638		12.828.638	1.717.352		1.717.352
	...			0	0		0
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>39.362.975</b>	<b>0</b>	<b>39.362.975</b>	<b>25.941.920</b>	<b>0</b>	<b>25.941.920</b>
Outros equivalentes de caixa	...	867		867	1.000.867		1.000.867
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>867</b>	<b>0</b>	<b>867</b>	<b>1.000.867</b>	<b>0</b>	<b>1.000.867</b>
<b>TOTAIS</b>		<b>44.104.352</b>	<b>0</b>	<b>44.104.352</b>	<b>31.443.805</b>	<b>0</b>	<b>31.443.805</b>

O saldo contabilístico consolidado da rubrica de Depósitos Bancários é apenas referente aos depósitos reconciliados com os saldos das contas bancárias a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Os fluxos de caixa provenientes da aquisição e da alienação de subsidiárias e de unidades empresariais são os seguintes:

FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DA AQUISIÇÃO E DA ALIENAÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS E DE UNIDADES EMPRESARIAIS			PERÍODO 2010		PERÍODO 2009	
			Retribuição total da operação	Parte da retribuição da operação liquidada por meio de caixa e seus equivalentes	Retribuição total da operação	Parte da retribuição da operação liquidada por meio de caixa e seus equivalentes
Aquisição	De unidades empresariais	IMOFER			650.032	650.032
		Escala Braga			225.000	225.000
		SPER			230.000	230.000
		RAL			230.000	230.000
		Planestrada			5.000	5.000
		Marestrada			5.000	5.000
		Escala Vila Franca de Xira	19.500	19.500		
		ELOS	38.039	38.039	3.804	3.804
<b>TOTAIS</b>			<b>57.539</b>	<b>57.539</b>	<b>1.348.836</b>	<b>1.348.836</b>
Alienação	De subsidiárias	...				
	De unidades empresariais	Taguspark			375.000	375.000
<b>TOTAIS</b>			<b>0</b>	<b>0</b>	<b>375.000</b>	<b>375.000</b>

## 6. PARTES RELACIONADAS

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES COM AS PARTES RELACIONADAS		PERÍODO 2010						
		Custos Mercadorias Vend. / Matérias Consumidas (61)	Fornecimentos e serviços externos (62)	Gastos com o Pessoal (63)	Outros Gastos e Perdas (68)	Prestação Serviços (72)	Outros Rendimentos e Ganhos (78)	Juros, Divid. Outros Rend. Similares (79)
Empresa-mãe	Edifer Investimentos, SGPS, SA							
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Subsidiárias	Edifer Construções Sucursal Cabo Verde				241.232			
	GPCA					759.959		
	Edimetal Angola		893.483			729.620		
	Edifer Imobiliária		604		233.357	2.367.868	301	292.237
	Periurbe					2.233		
	Edibelas					2.467		
	Logoburgo		193		5	26.158		
	Metrocity					6.430	14.863	
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>0</b>	<b>894.280</b>	<b>0</b>	<b>474.593</b>	<b>3.894.735</b>	<b>15.164</b>	<b>292.237</b>
Associadas	Promorail		1.017.763			118.266	18.695	
	Construções Fortaleza, SA	6.310.161	88.124	8.414		2.336.979	97	
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>6.310.161</b>	<b>1.105.887</b>	<b>8.414</b>	<b>0</b>	<b>2.455.244</b>	<b>18.792</b>	<b>0</b>
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	Edifer Alves Ribeiro ACE					4.275		
	Zagope, Edifer, Etermar, ACE							1.023
	Vila Verde Resort, ACE					32.881	233.013	
	ETAR Alcântara, ACE		2.376.393			598.796	9.661	
	Hospital da Guarda, ACE		2.202.266			2.394.449		
	Hospital Braga, ACE					2.926.559	381.142	
	Estoril Sol, ACE		155.000			611.581		
	Baixo Alentejo, ACE					1.193.630	29.267	39.354
	Algarve Litoral, ACE					545.372	34.736	28.377
	Interpaço, ACE					744.000	48.544	
	ACE LGV				2.024	1.189.260		
	Aeroestações, ACE					289.941		
	Aerometro, ACE					1.107.094	363.296	
	ACE Parque Escolar		3.726.523			2.893.372		
	Edifer/Hagen (Entrecampos), ACE		1.007.212			214.990		
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>0</b>	<b>9.467.394</b>	<b>0</b>	<b>2.024</b>	<b>14.746.201</b>	<b>1.099.658</b>	<b>68.754</b>
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	Gestifer, SGPS, SA		58.979		22	650	187.167	413.335
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>0</b>	<b>58.979</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>650</b>	<b>187.167</b>	<b>413.335</b>
Outras partes relacionadas	Habitágua, Lda		65			8.314		
	Edigema					49.382		
	RAL, SA					1.500	16.500	
	SPER, SA					1.500	16.500	
	Escala Braga				41.800			
	Escala Vila Franca de Xira				20.056			
	Grupo Gema		2.474.364					
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>0</b>	<b>2.474.429</b>	<b>0</b>	<b>61.856</b>	<b>60.696</b>	<b>33.000</b>	<b>0</b>
<b>TOTAIS</b>		<b>6.310.161</b>	<b>14.000.970</b>	<b>8.414</b>	<b>538.496</b>	<b>21.157.526</b>	<b>1.353.781</b>	<b>774.326</b>

Os valores dos saldos pendentes com partes relacionadas são os seguintes:

QUANTIAS DOS SALDOS PENDENTES COM PARTES RELACIONADAS		PERÍODO 2010			
		SALDOS PENDENTES EM 31.12.10			
		Clientes	Fornecedores	Empresas do Grupo	Outros
Empresa-mãe	Edifer Investimentos, SGPS, SA				
	<b>SUBTOTAIIS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Subsidiárias	GPCA	741.538		1.019.457	
	Edimetal Angola	633.726	641.471	767.222	(17.583)
	Edifer Imobiliária	(3.799.926)	100.061	4.448.590	(25.481)
	Periurbe	15.161		38.157	
	Edibelas	(2.759.192)		4.534	
	Logoburgo	2.331.762	76.231	14.960	(2.322)
	Metrocity	2.995.751	2.957	6.221	
	Alto dos Gaios	942.735	8.739		
	<b>SUBTOTAIIS</b>	<b>1.101.555</b>	<b>829.459</b>	<b>6.299.141</b>	<b>(45.386)</b>
Associadas	Gestisor			148.096	
	Promorail	154.867	1.161.110	16.690	
	Construções Fortaleza, SA	2.105.591	14.416.044	10.921.903	3.871.708
	<b>SUBTOTAIIS</b>	<b>2.260.458</b>	<b>15.577.153</b>	<b>11.086.689</b>	<b>3.871.708</b>
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	Edifer Alves Ribeiro, ACE			(1.344)	
	Ramalho Rosa Cobetar e Edifer, ACE	211	211		
	Agrup. Const. Barragem Sabugal ACE			423.005	
	Zagope, Edifer, ACE		478	(135.137)	125
	Zagope, Edifer, Etermar, ACE	25		20.098	
	Metrotúnel, ACE		52		
	Aeropista, ACE		93.774	6.134	
	Edimetro, ACE	1.650		(1.650)	
	Somague, Edifer, ACE			141.023	
	Edifer - Ramalho Rosa Cobetar e Conduril, ACE		749		
	Nova Estrada, ACE		539		
	Vila Verde Resort, ACE	109.453	(553.849)	1.269.100	183
	ETAR Alcântara, ACE	862.219	591.437		531.494
	Hospital da Guarda, ACE	2.202.266	2.481.448		279.182
	Hospital Braga, ACE	621.891		(2)	
	Estoril Sol, ACE	9.956			
	Baixo Alentejo, ACE	(1.403.331)		776	
	Algarve Litoral, ACE	(754.184)		12.058	
	Interpaço, ACE	38.752			
	Ass, BPC, Somague, Cubiertas, ACE			(7.986)	2.630
	Heasa, ACE			100	
	ACE LGV	532.812			
	Aeroestações, ACE	143.389			
	Aerometro, ACE	62.370			
	ACE Parque Escolar	2.782.531	3.726.523		
	Edifer/Hagen (Entrecampos), ACE	53.195	276.019		
	Somec e Edifer, ACE	36.768	8.576	66.303	57.632
	<b>SUBTOTAIIS</b>	<b>5.299.973</b>	<b>6.625.957</b>	<b>1.792.478</b>	<b>871.245</b>
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	Gestifer, SGPS, SA	3.739	2.334	22.853.337	
	<b>SUBTOTAIIS</b>	<b>3.739</b>	<b>2.334</b>	<b>22.853.337</b>	<b>0</b>
Outras partes relacionadas	Edicrel, SA			4.445.226	497
	Habitágua, Lda	126.109	7.723	39.307	(2.790)
	Monumental Park Imobiliária, SA	1.177.640		104.409	
	Celff, SGPS, SA			120.000	
	SGAL, SA	67.188	67.292	141	2.788
	Complage	495.568	17.931	5.892	
	Construções Cerejo dos Santos	742	248.359	383.668	
	Edigema	45.566		339.782	
	Edimetal Moçambique			689.004	
	Edimetal Brasil			816.333	
	Carpinifer Moçambique			189.172	
	Planestrada, SA			93.822	
	RAL, SA	3.630			
	SPER, SA	3.630			
	PPPS			24.024	
	SPCIT			3.535	
	Grupo Gema		1.208.065	(479.980)	
	Outras entidades			6.398.390	
	<b>SUBTOTAIIS</b>	<b>1.920.074</b>	<b>1.549.369</b>	<b>13.172.725</b>	<b>495</b>
<b>TOTAIS</b>		<b>10.585.799</b>	<b>24.584.273</b>	<b>55.204.370</b>	<b>4.698.062</b>

## 7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

ACTIVOS INTANGÍVEIS		PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO		PROPRIEDADE INDUSTRIAL					Activos intangíveis em curso	TOTAIS
		Gerados Internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos		
Em 31.12.2009	Quantias brutas escrituradas	3.374.607	318.168		415.614		2.618		1.349.491	<b>6.274.713</b>
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(3.153.828)	(309.040)		(392.391)				35.844	<b>(4.633.630)</b>
	Quantias líquidas escrituradas	<b>220.779</b>	<b>9.128</b>	<b>0</b>	<b>23.223</b>	<b>0</b>	<b>2.618</b>	<b>0</b>	<b>1.385.335</b>	<b>0</b>
	Adições						3.641		1.560	<b>5.201</b>
	Revalorizações									<b>0</b>
	Transferências	(3.163.940)							(1.365.229)	<b>(4.529.169)</b>
	Reclassificações activos não correntes detidos para venda									<b>0</b>
	Alienações, sinistros e abates	(3.798)	(308.918)		(391.981)					<b>(704.696)</b>
	Outras alterações	3.163.940	713							<b>3.164.653</b>
	Amortizações	(216.982)	(525)		(22.810)		(4.580)		(20.734)	<b>(265.631)</b>
	Amortizações - regularizações		308.918		391.934				990	<b>701.842</b>
	Perdas por imparidade									<b>0</b>
Em 31.12.2010	Quantias brutas escrituradas	3.153.828	9.438		823		1.679		(34.912)	<b>3.130.856</b>
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(3.153.828)	(122)		(457)				36.834	<b>(3.117.573)</b>
	Quantias líquidas escrituradas	<b>0</b>	<b>9.317</b>	<b>0</b>	<b>366</b>	<b>0</b>	<b>1.679</b>	<b>0</b>	<b>1.922</b>	<b>0</b>

## 8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Equip. biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	TOTAIS
			Terrenos	Edifícios							
Em 31.12.2009	Quantias brutas escrituradas	690.656	2.239.770	29.568.624	94.457.826	12.194.221	13.309.526		19.533.096	7.203.571	<b>179.197.291</b>
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(13.628.695)	(53.303.411)	(5.946.572)	(12.335.562)		(9.822.645)	(2.684.512)	<b>(97.721.396)</b>
	Quantias líquidas escrituradas	<b>690.656</b>	<b>2.239.770</b>	<b>15.939.929</b>	<b>41.154.416</b>	<b>6.247.649</b>	<b>973.964</b>	<b>0</b>	<b>9.710.451</b>	<b>4.519.059</b>	<b>81.475.895</b>
	Adições		2.069.218	100.506	10.020.178	852.007	175.659		4.480.744	2.844.344	<b>20.542.656</b>
	Revalorizações				50.898				73.104		<b>124.001</b>
	Transferências			(88.881)	(10.949.778)	(850.407)	734.533		(510.996)	(686.594)	<b>(12.352.123)</b>
	Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										<b>0</b>
	Alienações, sinistros e abates	(14.834)		(162.546)	(350.261)	(67.556)	(3.323.450)		(2.163.536)		<b>(6.082.183)</b>
	Outras alterações			575.396	1.261.945	497.911	240.009		9.927	309.490	<b>2.894.678</b>
	Depreciações			(1.144.373)	(7.052.112)	(2.488.944)	(348.729)		(1.730.497)		<b>(12.764.655)</b>
	Reversão das Depreciações			88.958	(1.892.792)	(223.547)	2.930.710		3.943.056		<b>4.846.385</b>
	Perdas por imparidade										<b>0</b>
Em 31.12.2010	Quantias brutas escrituradas	675.823	4.308.988	29.993.098	94.490.808	12.626.175	11.136.278		21.422.339	9.670.812	<b>184.324.319</b>
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(14.684.109)	(62.248.315)	(8.659.063)	(9.753.581)		(7.610.086)	(2.684.512)	<b>(105.639.666)</b>
	Quantias líquidas escrituradas	<b>675.823</b>	<b>4.308.988</b>	<b>15.308.988</b>	<b>32.242.493</b>	<b>3.967.113</b>	<b>1.382.697</b>	<b>0</b>	<b>13.812.253</b>	<b>6.986.299</b>	<b>78.684.653</b>

## 10. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo apresenta como principais bens em regime de locação financeira:

ACTIVOS QUE SE ENCONTRAM A SER FINANCIADOS ATRAVÉS DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E RESPECTIVAS QUANTIAS ESCRITURADAS LÍQUIDAS	LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR						
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias Líquidas escrituradas		
			Começo	Fim	Período 2010	Período 2009	
Activos Fixos Tangíveis	Equipamento Básico	BesLeasing	2050075	02-09-2009	02-09-2013	75.000	100.000
		Caixa Leasing & Factoring	330417	01-07-2007	01-07-2011	30.845	41.126
		Montepio	803.44.000007-0	05-09-2008	05-09-2012	47.981	59.976
		Montepio	166.44.000081-7	15-01-2009	15-01-2013	52.914	88.190
		Montepio	166.44.000084-1	15-03-2009	15-03-2013	54.278	90.463
		Montepio	166.44.000082-5	15-01-2009	15-01-2013	41.814	69.690
		BesLeasing	2024510	02-06-2006	02-06-2010		25.118
		BesLeasing	2044240 (T)	02-12-2008	02-12-2012	402.521	615.865
		Millennium BCP	400036477	15-03-2006	15-03-2010		33.270
		Millennium BCP	400041279	15-03-2006	15-03-2010		13.755
		Millennium BCP	400039387	15-03-2006	15-03-2010		15.802
		Millennium BCP	400036786	15-03-2006	15-03-2010		5.214
		Millennium BCP	400045916	15-03-2006	15-03-2010		79.399
		Millennium BCP	400045967	15-03-2006	15-03-2010		216.563
		Millennium BCP	400047457	15-03-2006	15-03-2010		42.180
		Millennium BCP	400070325 (T)	25-11-2007	25-11-2011	58.724	128.800
		Caixa Leasing e Factoring	319600	01-05-2006	01-05-2010		65.108
		Caixa Leasing e Factoring	333105 (T)	10-08-2007	10-08-2011	29.654	80.511
		Caixa Leasing e Factoring	333471 (T)	20-10-2007	20-10-2011	15.674	34.401
		Caixa Leasing e Factoring	333790 (T)	01-11-2007	01-11-2011	51.187	112.327
		Caixa Leasing e Factoring	336680 (T)	10-01-2008	10-01-2012	54.652	104.705
		Caixa Leasing e Factoring	336921 (T)	01-02-2008	01-02-2012	30.054	57.572
		Caixa Leasing e Factoring	338666 (T)	20-05-2008	20-05-2012	179.691	313.014
		Caixa Leasing e Factoring	339684 (T)	10-06-2008	10-06-2012	255.537	445.312
		Caixa Leasing e Factoring	340483 (T)	10-07-2008	10-07-2012	353.272	573.130
		Lico Leasing	L 106012164	16-08-2006	16-08-2010		34.193
		BPI	10014270	05-11-2006	05-11-2010		129.977
		BPI	10016981	05-07-2007	05-07-2011	17.095	46.423
		BPI	10017115	05-07-2007	05-07-2011	16.261	44.159
		BNP Paribas Lease	10600528	22-12-2006	22-12-2010		10.893
		BNP Paribas Lease	10700023	22-01-2007	22-01-2011	12.345	173.206
		BNP Paribas Lease	10700047	07-02-2007	07-02-2011	3.992	28.885
		BNP Paribas Lease	10700123	07-04-2007	07-04-2011	5.836	23.653
		BNP Paribas Lease	10700129	07-04-2007	07-04-2011	23.460	95.014
		BNP Paribas Lease	10700269	22-06-2007	22-06-2011	8.439	25.355
		BNP Paribas Lease	10700270	22-06-2007	22-06-2011	23.547	71.774
		BNP Paribas Lease	10700306	22-07-2007	22-07-2011	83.533	228.621
		BNP Paribas Lease	10700309	22-07-2007	22-07-2011	41.439	114.084
		BNP Paribas Lease	10700449	22-10-2007	22-10-2011	20.367	45.229
		BNP Paribas Lease	10700501	22-11-2007	22-11-2011	46.557	98.236
<b>TOTAIS</b>					<b>2.036.667</b>	<b>4.581.196</b>	



#### 14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

No exercício de 2010, os empreendimentos conjuntos que consolidam no perímetro da Edifer Investimentos são os seguintes:

ACTIVOS, PASSIVOS, RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS COM RESPEITO AOS EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	%	PERÍODO 2010					PERÍODO 2009				
		Activos	Passivos	Rendimentos	Gastos	Resultado Período	Activos	Passivos	Rendimentos	Gastos	Resultado Período
Aerometro ACE	21,00%	901.538	660.134	6.810.272	(6.568.868)	241.404	6.334.955	6.332.347	11.618.311	(11.615.702)	2.608
Aeroestações, ACE	24,50%	2.338.647	2.263.335	1.370.619	(1.295.307)	75.312					
Aeropista, ACE	50,00%	52.064	49.734	2.330		2.330	51.615	51.352	281	(19)	263
Agrupamento Sabugal, ACE	25,00%	16.594	16.616		(21)	(21)	16.616	16.634		(18)	(18)
Edifer - Hagen, ACE	50,00%	1.066.641	1.033.484	2.038.664	(2.005.507)	33.157	2.701.400	2.820.147	5.659.225	(5.777.971)	(118.746)
Edifer & Alves Ribeiro, ACE	50,00%	60.911	60.911	8.862	(8.862)	0	419.095	81.451	340.446	(2.802)	337.644
Edifer, RRC, Conduril, ACE (Brisa Carregado)	33,34%	398.669	394.887	3.790	(9)	3.782	409.889	426.257	6.543	(22.911)	(16.368)
Edifer/Hagen, Const. Novo Hospital da Guarda, ACE	55,00%	4.078.157	3.701.568	8.001.606	(7.625.017)	376.589					
Edifer, Hagen, Opway, ACE Cabo Verde	35,00%	3.041.232	3.282.464	66.150	(307.382)	(241.232)	4.401.479	4.401.479			
Edifer/Necso, ACE (Ponte Infante Henrique)	50,00%	17.821	17.821	460	(460)	0	18.154	18.154	303	(303)	0
Edimetro - Inst. via férrea (ACE Metro Ameixoeira)						0		(144)	354	(210)	144
FCC Construcion, Edifer, ACE (ACE de Alformelos)						0	2.665	1.900	2.250	(1.485)	766
Interpaço, ACE	24,50%	1.269.113	1.156.093	1.821.089	(1.708.069)	113.020	835.268	814.696	540.856	(520.284)	20.572
LGV - Eng e Construção Linhas Alta Velocidade, ACE	15,50%	9.514.207	9.453.863	2.924.820	(2.864.476)	60.344					
NH Braga, ACE	40,00%	13.368.307	12.256.707	24.100.125	(22.988.525)	1.111.600	7.387.180	7.189.525	10.721.516	(10.523.860)	197.656
Nova Estrada, ACE	10,76%	56.870	55.714	4.131	(2.975)	1.156	63.526	63.526			
Parque Escolar, ACE	70,80%	20.166.934	19.542.151	21.306.158	(20.681.375)	624.783					
Ramalho Rosa Cobetar, Edifer, ACE (Refer - Lousada Nine)	44,00%	16.591	(94.748)	114.770	(3.430)	111.339	172.909	163.884	9.027	(2)	9.025
Rodovias Algarve Litoral, ACE	26,00%	5.039.660	5.039.660	1.803.792	(1.803.792)	0	2.648.896	2.648.836	526.482	(526.422)	60
Rodovias Baixo Alentejo, ACE	23,50%	5.826.201	5.826.201	3.584.987	(3.584.987)	0	5.015.707	5.015.707	1.194.754	(1.194.754)	0
Somague / Edifer - Estoril Sol, ACE	50,00%	2.770.774	1.835.395	13.055.966	(12.120.587)	935.379	7.893.478	7.893.759	15.029.259	(15.029.541)	(281)
Somague / Edifer - Etar de Alcântara, ACE	50,00%	7.484.668	7.484.828	6.654.704	(6.654.864)	(160)	4.642.287	4.642.356	3.640.834	(3.640.903)	(69)
Somague, Edifer, ACE (Freeport)	50,00%	83.096	83.096			0	83.096	76.897	21.478	(15.279)	(6.199)
Zagope, Edifer, ACE	50,00%	306.481	(493.438)	799.919		799.919	308.172	310.232		(2.060)	(2.060)
Zagope, Edifer, Etemar, ACE (Águas Residuais de Setúbal)	45,00%	12.013	14.741		(2.727)	(2.727)	13.720	19.884		(6.163)	(6.163)
<b>TOTAIS</b>		<b>77.887.190</b>	<b>73.641.215</b>	<b>94.473.213</b>	<b>(90.227.239)</b>	<b>4.245.975</b>	<b>43.420.108</b>	<b>42.988.877</b>	<b>49.311.918</b>	<b>(48.880.688)</b>	<b>431.230</b>

Acima estão detalhados os activos, passivos, rendimentos e gastos reconhecidos nos períodos de 2010 e 2009, proporcionais à participação detida pelo Grupo nos respectivos empreendimentos conjuntos.

## 16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Em 2010, as empresas subsidiárias da Edifer Investimentos que constituem o seu perímetro de consolidação são as seguintes:

<b>LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS</b>	<b>SEDE SOCIAL</b>	<b>PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>MÉTODO USADO NA CONSOLIDAÇÃO</b>
Edifer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Edifer SGPS")	Amadora	100,00%	Consolidação integral
Edifer – Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A. ("Edifer Construções")	Amadora	99,90%	Consolidação integral
Edifer Angola, S.A. ("Edifer Angola")	Luanda	69,90%	Consolidação integral
Tecnasol FGE – Fundações e Geotecnia, S.A. ("Tecnasol-FGE")	Amadora	99,90%	Consolidação integral
Tecnasol, Cimentaciones, Geotecnia e Ingeniería, S.U. ("Tecnasol Espanha")	Sevilha	99,90%	Consolidação integral
Edimetal – Soluções Metalomecânicas e Carpintarias, S.A. ("Edimetal")	Amadora	99,90%	Consolidação integral
Edifer Reabilitação, S.A. ("Edifer Reabilitação")	Amadora	99,90%	Consolidação integral
Edifer Madeira, S.A. ("Edifer Madeira")	Funchal	69,90%	Consolidação integral
Edifer Açores, S.A. ("Edifer Açores")	Ponta Delgada	99,90%	Consolidação integral
Edifer Ambiente, S.A. ("Edifer Ambiente")	Amadora	100,00%	Consolidação integral
Artemisia – Centro de Jardinagem, Lda. ("Artemisia")	Amadora	100,00%	Consolidação integral
Central Tubos – Tubagens e Acessórios, Lda. ("Central Tubos")	Amadora	100,00%	Consolidação integral
Viveiros do Poço – Plantas Ornamentais, Lda. ("Viveiros do Poço")	Amadora	100,00%	Consolidação integral
Edifer Desenvolvimento, S.A. ("Edifer Desenvolvimento")	Amadora	100,00%	Consolidação integral
Ediesco - Serviços de Energias, S.A. ("Ediesco")	Amadora	100,00%	Consolidação integral
Edifer – Serviços e Gestão, S.A. ("Edifer Serviços")	Amadora	100,00%	Consolidação integral
Construções Fortaleza, S.A. ("Construções Fortaleza")	Luanda	29,97%	Consolidação proporcional
Gestisor - SGPS, S.A. ("Gestisor")	Ponte de Sor	49,95%	Consolidação proporcional
Promorail - Tecnologias de Caminho de Ferro, S.A. ("Promorail")	Ponte de Sor	49,95%	Consolidação proporcional

Em 31 Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de investimentos financeiros apresentava a seguinte composição:

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS, ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS		PERÍODO 2010				PERÍODO 2009					
		País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
			Porcentagem de interesse detido	Porcentagem nos direitos de voto				Porcentagem de interesse detido	Porcentagem nos direitos de voto		
Subsidiárias	Edifer Imobiliária	Portugal	40,00%	40,00%	Equivalência Patrimonial		Portugal	40,00%	40,00%	Equivalência Patrimonial	1.071.850
	GPC Algerie, SPA	Argélia	50,00%	50,00%	Equivalência Patrimonial		Argélia	50,00%	50,00%	Equivalência Patrimonial	
	Edimetal Angola	Angola	51,00%	51,00%	Equivalência Patrimonial						
	Edigema	Angola	50,00%	50,00%	Equivalência Patrimonial	31.929					
	<b>SUBTOTALS</b>					<b>31.929</b>					<b>1.071.850</b>
Entidades conjuntamente controladas	ACE Novaponte	Portugal	4,00%	4,00%	Equivalência Patrimonial		Portugal	4,00%	4,00%	Equivalência Patrimonial	
	ACE SOMECE Edifer	Portugal	50,00%	50,00%	Equivalência Patrimonial		Portugal	50,00%	50,00%	Equivalência Patrimonial	
	<b>SUBTOTALS</b>										
Associadas	Habitágua	Portugal	49,00%	49,00%	Equivalência Patrimonial	106.450	Portugal	49,00%	49,00%	Equivalência Patrimonial	97.270
	Premintec	Angola	29,90%	29,90%	Custo histórico	4.484					
	Edimetal Brasil	Brasil	100,00%	100,00%	Custo histórico	191.672	Brasil	100,00%	100,00%	Custo histórico	191.672
	Edimetal Moçambique	Moçambique	96,25%	96,25%	Custo histórico	10.226	Moçambique	96,25%	96,25%	Custo histórico	10.226
	Carpinifer Moçambique	Moçambique	96,25%	96,25%	Custo histórico	12.440	Moçambique	96,25%	96,25%	Custo histórico	12.440
	<b>SUBTOTALS</b>					<b>325.273</b>					<b>311.608</b>
Outras Partes Relacionadas	Planestrada	Portugal	10,00%	10,00%	Equivalência Patrimonial	85.518	Portugal	10,00%	10,00%	Equivalência Patrimonial	98.485
	Marestrada	Portugal	10,00%	10,00%	Equivalência Patrimonial	59.821	Portugal	10,00%	10,00%	Equivalência Patrimonial	119.593
	ELoS - Ligação de Alta Velocidade	Portugal	7,61%	7,61%	Equivalência Patrimonial	38.039	Portugal	7,61%	7,61%	Equivalência Patrimonial	3.804
	Escala Braga	Portugal	15,00%	15,00%	Equivalência Patrimonial		Portugal	15,00%	15,00%	Equivalência Patrimonial	225.000
	Escala Vila Franca de Xira	Portugal	39,00%	39,00%	Equivalência Patrimonial	5					
	SPER	Portugal	23,00%	23,00%	Equivalência Patrimonial	230.000	Portugal	23,00%	23,00%	Equivalência Patrimonial	230.000
	RAL	Portugal	23,00%	23,00%	Equivalência Patrimonial	230.000	Portugal	23,00%	23,00%	Equivalência Patrimonial	230.000
	PPPS	Portugal	12,75%	12,75%	Equivalência Patrimonial	83.515	Portugal	12,75%	12,75%	Equivalência Patrimonial	250.934
	COMPLAISTEC	Espanha	10,00%	10,00%	Custo histórico	30.000	Espanha	10,00%	10,00%	Custo histórico	30.000
	SGAL	Portugal	1,60%	1,60%	Custo histórico	1.501.248	Portugal	1,60%	1,60%	Custo histórico	1.501.248
	Outros	Portugal			Custo histórico	2.494	Portugal			Custo histórico	6.189
<b>SUBTOTALS</b>					<b>2.260.641</b>					<b>2.695.253</b>	
Outros investimentos financeiros	IMOFE	Portugal	100,00%	100,00%	Equivalência Patrimonial	6.104.913	Portugal	100,00%	100,00%	Equivalência Patrimonial	6.111.186
	<b>SUBTOTALS</b>					<b>6.104.913</b>					<b>6.111.186</b>
<b>TOTALS</b>					<b>8.722.756</b>					<b>10.189.897</b>	

EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO		PERÍODO 2010				PERÍODO 2009					
		País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
			Porcentagem de interesse detido	Porcentagem nos direitos de voto				Porcentagem de interesse detido	Porcentagem nos direitos de voto		
Outras Partes Relacionadas	PPPS	Portugal	12,75%	12,75%	Equivalência Patrimonial	243.375	Portugal	12,75%	12,75%	Equivalência Patrimonial	243.375
	<b>SUBTOTALS</b>					<b>243.375</b>					<b>243.375</b>
<b>TOTALS</b>					<b>243.375</b>					<b>243.375</b>	

## 19. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a variação nos inventários do Grupo era detalhada conforme se segue:

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO			PERÍODO 2010			PERÍODO 2009			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	TOTAIS	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	TOTAIS	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período		+	8.475.092	11.874.943	20.350.035	8.458.729	10.458.303	18.917.032
	Compras	Compras	+	7.245.501	64.778.118	72.023.619	1.164.389	83.171.997	84.336.386
		Devoluções de compras	-		(31.627)	(31.627)		(49.668)	(49.668)
		Descontos e abatimentos em compras	-			0			0
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-	(735.987)		(735.987)			0
		Perdas em sinistros	-			0			0
		Perdas por quebras	-			0			0
		Outras perdas	-		(1.788)	(1.788)		(24.021)	(24.021)
		Ofertas e amostras	-			0			0
		Ganhos em sinistros	+			0			0
		Ganhos por sobras	+			0			0
		Outros ganhos	+			0			0
	Inventários no fim do período		-	(6.495.666)	(11.682.880)	(18.178.546)	(8.475.092)	(11.551.438)	(20.026.531)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			=	8.488.940	64.936.765	73.425.706	1.148.025	82.005.173	83.153.198
Perdas em inventários			+			0		0	
Ofertas e amostras de inventários			+			0		0	
<b>TOTAIS</b>			=	<b>8.488.940</b>	<b>64.936.765</b>	<b>73.425.706</b>	<b>1.148.025</b>	<b>82.005.173</b>	<b>83.153.198</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO			PERÍODO 2010				PERÍODO 2009				
			Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	TOTAIS	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	TOTAIS	
Inventários no começo do período			+	11.944.342	17.745.950	29.690.292	2.527.663	28.950.309	31.477.972		
Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-			(606.160)	(606.160)			0		
	Perdas em sinistros	+			0				0		
	Perdas por quebras	+			0				0		
	Outras perdas	+		387	387				0		
	Ofertas e amostras	+			0				0		
	Ganhos em sinistros	-			0				0		
	Ganhos por sobras	-			0				0		
Inventários no fim do período			-	(8.879.816)	(10.958.406)	(19.838.222)	(11.944.342)	(17.745.950)	(29.690.292)		
<b>VARIAÇÕES NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>			=	<b>3.064.526</b>	<b>0</b>	<b>6.181.771</b>	<b>9.246.297</b>	<b>(9.416.679)</b>	<b>0</b>	<b>11.204.359</b>	<b>1.787.680</b>

Em suma, as quantias escrituradas de inventário do Grupo consolidadas apresentam:

QUANTIAS ESCRITURADAS DE INVENTÁRIOS	PERÍODO 2010	PERÍODO 2009
	Quantias (líquidas) escrituradas	
Mercadorias	6.495.666	8.475.092
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.682.880	11.551.438
Produtos acabados e intermédios	8.879.816	11.944.342
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	10.958.406	17.745.950
<b>TOTAIS</b>	<b>38.016.768</b>	<b>49.716.821</b>

## 20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores reconhecidos pelo Grupo relativamente a Contratos de Construção, são conforme seguem:

CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO		QUANTIAS RECONHECIDAS NO PERÍODO					QUANTIAS ACUMULADAS RECONHECIDAS ATÉ AO FIM DO PERÍODO		
		Resultados			Quantias no final do período		Resultados		
		Réditos	Gastos, incluindo perdas esperadas	Resultados	Adiantamentos recebidos	Retenções efectuadas	Réditos	Gastos, incluindo perdas esperadas	Resultados
Período 2010	Obras	369.537.056	(322.898.120)	46.638.935	5.721.471	3.528.545	2.428.454.079	(2.236.677.669)	191.776.410
	<b>TOTAIS</b>	<b>369.537.056</b>	<b>(322.898.120)</b>	<b>46.638.935</b>	<b>5.721.471</b>	<b>3.528.545</b>	<b>2.428.454.079</b>	<b>(2.236.677.669)</b>	<b>191.776.410</b>
Período 2009	Obras	448.492.043	(397.408.511)	51.083.532	18.178.582	689.077	2.197.660.513	(2.043.755.037)	153.905.476
	<b>TOTAIS</b>	<b>448.492.043</b>	<b>(397.408.511)</b>	<b>51.083.532</b>	<b>18.178.582</b>	<b>689.077</b>	<b>2.197.660.513</b>	<b>(2.043.755.037)</b>	<b>153.905.476</b>

## 21. RÉDITO

Relativamente ao rédito, este é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e excluído de IVA.

Os réditos provenientes da prestação de serviços reconhecidos nos períodos em análise são como segue:

QUANTIAS DOS RÉDITOS RECONHECIDAS NO PERÍODO	PERÍODO 2010			PERÍODO 2009	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	22.005.029	5,41%	13,81%	19.335.136	4,07%
Prestação de serviços	382.026.628	94,00%	(15,35%)	451.292.444	94,89%
Juros e rendimentos similares	2.367.184	0,58%	(52,19%)	4.950.756	1,04%
Royalties					
Dividendos					
Outros Rendimentos					
<b>TOTAIS</b>	<b>406.398.842</b>	<b>100,00%</b>	<b>(14,55%)</b>	<b>475.578.336</b>	<b>100,00%</b>

## 22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Durante o exercício de 2010 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

QUANTIAS DAS PERDAS POR IMPARIDADE E RESPECTIVAS REVERSÕES RECONHECIDAS DURANTE O PERÍODO		Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	TOTAIS
Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)		0	4.359.209	366.219	13.554	0	0	0	7.381.527	12.120.510
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores								6.569	6.569
	Por novas provisões		2.557.637						1.370.111	3.927.748
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas		1.178.743		(1.496)					1.177.246
	Quantias revertidas no período		(950.087)						(317.734)	(1.267.821)
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo		(2.156.652)							(2.156.652)
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									0
<b>Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)</b>		<b>0</b>	<b>4.988.850</b>	<b>366.219</b>	<b>12.057</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8.440.473</b>	<b>13.807.600</b>

## 23. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Detalha-se no seguinte quadro a relação dos subsídios em 31 de Dezembro de 2010:

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS			MEDIDA DE INCENTIVO				PERÍODO DE CONCESSÃO		Já recebidas	Por receber	TOTAIS
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim			
Não reembolsáveis	Subsídios à exploração	Edimetal, S.A.	Alinea b) do nº1 artº 10º do Dec. Reg. Nº 84-A/2007	Fundo Social Europeu	Formação para Inovação e Gestão	Transferência Bancária	25-05-2009	26-11-2009	7.358		7.358
		Tecnasol, S.A.	Alinea b) do nº1 artº 10º do Dec. Reg. Nº 84-A/2007	Fundo Social Europeu	Formação para Inovação e Gestão	Transferência Bancária	17-05-2010	24-06-2010		10.395	10.395
		Edifer Serviços, S.A.	Alinea b) do nº1 artº 10º do Dec. Reg. Nº 84-A/2007	Fundo Social Europeu	Formação para Inovação e Gestão	Transferência Bancária	22-03-2010	08-07-2010	11.667	3.168	14.835
		<b>SUBTOTAIS</b>							<b>19.025</b>	<b>13.563</b>	<b>32.587</b>
Reembolsáveis		Promorail, S.A.		A.I.C.E.P	Projecto de Investimento		2002	2012	1.255.858		1.255.858
		Edifer Construções, S.A.		Câmara Municipal de Angra Heroísmo	Construção Social	Doação			142.366		142.366
		<b>SUBTOTAIS</b>							<b>1.398.224</b>	<b>0</b>	<b>1.398.224</b>
<b>TOTAIS</b>								<b>1.417.249</b>	<b>13.563</b>	<b>1.430.812</b>	

## 24. EFEITO DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O efeito das taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

QUANTIAS DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO RECONHECIDAS NOS RESULTADOS		PERÍODO 2010		PERÍODO 2009	
		Dólares	TOTAIS	Dólares	TOTAIS
Actividade de investimento	Negativas		0		0
	Positivas		0		0
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Actividade Operacional	Negativas	34.397	34.397	2.011.871	2.011.871
	operacional	170.239	170.239	2.115.439	2.115.439
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>135.842</b>	<b>135.842</b>	<b>103.568</b>	<b>103.568</b>
Actividade de financiamento	Negativas	14.563	14.563	10.437	10.437
	Positivas		0		0
	<b>SUBTOTALS</b>	<b>(14.563)</b>	<b>(14.563)</b>	<b>(10.437)</b>	<b>(10.437)</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>121.279</b>	<b>121.279</b>	<b>93.130</b>	<b>93.130</b>	

## 26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2010 e 2009 é detalhado conforme segue:

QUANTIAS DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE (GASTO)/RENDIMENTO DE IMPOSTOS			PERÍODO 2010			PERÍODO 2009			
			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	TOTAIS	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	TOTAIS	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			1	(1.284.488)	0	(1.284.488)	(479.806)	0	(479.806)
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente		2	1.464.231	0	1.464.231	2.060.695	0	2.060.695
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias		(34.400)	3.226	(31.174)	(810.568)		(810.568)
		De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos				0			0
		De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente		(11.806)	10.223	(1.583)		8.936	8.936
		Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos		(394.072)	(2.344)	(396.417)	389.349	799.213	1.188.562
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes				0		
	Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos				0			0	
	Imposto diferido	3	(440.278)	11.105	(429.173)	(421.219)	808.149	386.929	
Imposto sobre o rendimento do período			4 = 2 + 3	1.023.953	11.105	1.035.058	1.639.476	808.149	2.447.624
<b>TOTAIS</b>			<b>5 = 1 + 4</b>	<b>(260.535)</b>	<b>11.105</b>	<b>(249.430)</b>	<b>1.159.669</b>	<b>808.149</b>	<b>1.967.818</b>

A demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/ (rendimentos) de impostos é a seguinte:

DEMONSTRAÇÃO DO RELACIONAMENTO ENTRE O LUCRO CONTABILÍSTICO E OS GASTOS/ (RENDIMENTOS) DE IMPOSTOS			BASE	IMPOSTO	PERÍODO 2010			PERÍODO 2009		
					Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período		1	-	11.522.092		0	14.443.289		0
	Gastos/(rendimentos) de impostos		2	-	1.023.953		0	1.639.476		0
	Resultado antes de impostos		3 = 1 + 2	3	<b>12.546.045</b>		<b>0</b>	<b>16.082.765</b>		<b>0</b>
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	4	12.902.331		0	9.738.489		0	
		A deduzir	5	(23.072.147)		0	(20.845.051)		0	
	Diferenças temporárias	A acrescentar	6	394.642		0	476.300		0	
		A deduzir	7	(1.130.379)		0	(404.622)		0	
Lucro/(Prejuízo fiscal)			8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7	<b>1.640.491</b>		<b>0</b>	<b>5.047.880</b>		<b>0</b>	
Dedução de perdas fiscais			9	(2.343.561)		0	(1.251.726)		0	
Matéria colectável / colecta			10 = 8 - 9	<b>3.984.052</b>	<b>24,85%</b>	<b>990.047</b>	<b>6.299.606</b>	<b>24,96%</b>	<b>1.572.288</b>	
Benefícios fiscais por dedução à colecta		...	11			0			0	
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma	12			316.597			376.099	
		Derrama	12			66.750			124.352	
		Lucros não distribuídos	12			91.425			0	
		Outros	12			(589)			(12.045)	
Imposto corrente			3	$13 = 10 - 11 + 12$	<b>12.546.045</b>	<b>11,67%</b>	<b>1.464.231</b>	<b>16.082.765</b>	<b>12,81%</b>	<b>2.060.694</b>
Imposto diferido			Δ dos activos e dos passivos diferidos		<b>(1.391.777)</b>	<b>31,63%</b>	<b>(440.278)</b>	<b>(1.920.639)</b>	<b>21,93%</b>	<b>(421.219)</b>
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			-	15			<b>(10.599)</b>		<b>(641)</b>	
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média			3	$16 = 13 - 14 - 15$	<b>12.546.045</b>	<b>8,25%</b>	<b>1.034.551</b>	<b>16.082.765</b>	<b>10,19%</b>	<b>1.638.834</b>

### 31. OUTRAS INFORMAÇÕES

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de devedores por acréscimos e de diferimentos incluem os seguintes valores referentes aos excessos e (deficits) da produção relativamente à facturação das obras, de acordo com a aplicação da NCRF 19 – Contratos de Construção.

DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			PERÍODO 2010	PERÍODO 2009
Outras contas a receber	Devedores por acréscimos de rendimentos	Obras	57.376.692	69.774.075
		<b>TOTAL</b>	<b>57.376.692</b>	<b>69.774.075</b>
Diferimentos	Rendimentos a reconhecer	Obras	81.431.766	48.752.411
		<b>TOTAL</b>	<b>81.431.766</b>	<b>48.752.411</b>

As notas que atrás se apresentam respeitam uma numeração sugerida tendo por base o Sistema de Normalização Contabilística.

Nota 1	Identificação da empresa	Nota 15	Concentração de actividades empresariais
Nota 2	Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	Nota 16	Investimentos em subsidiárias e consolidação
Nota 3	Políticas contabilísticas	Nota 17	Exploração e avaliação de recursos minerais
Nota 4	Fluxos de caixa	Nota 18	Agricultura
Nota 5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Nota 19	Inventários
Nota 6	Partes relacionadas	Nota 20	Contratos de Construção
Nota 7	Activos intangíveis	Nota 21	Rédito
Nota 8	Activos fixos tangíveis	Nota 22	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
Nota 9	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	Nota 23	Subsídios do Governo e apoios do Governo
Nota 10	Locações	Nota 24	Efeitos de alterações em taxas de câmbio
Nota 11	Custos empréstimos obtidos	Nota 25	Acontecimentos após data do balanço
Nota 12	Propriedades de investimento	Nota 26	Impostos sobre o rendimento
Nota 13	Imparidades de activos	Nota 27	Matérias ambientais
Nota 14	Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas	Nota 28	Instrumentos financeiros
		Nota 29	Benefícios dos empregados
		Nota 30	Divulgações exigidas por diplomas legais
		Nota 31	Outras informações

As notas que não estão incluídas no anexo não foram consideradas relevantes para a empresa.

## **18. PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES**

ART.º 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS:

Acções detidas por Membros do Conselho de Administração:

- Manuela Martins dos Santos, detém 23.052 Acções;
- Luís Filipe Fernandes, detém 15.436 Acções;
- Vera Pires Coelho, detém 9.333 Acções;
- Alexandre Pires Fernandes, detém 1.530 Acções;
- Manuel Cardoso Relvas, detém 408 Acções.

Durante o exercício de 2010 não se registaram mudanças de titularidade das acções detidas pelos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

ART.º 448º N.º4 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS:

Accionistas com mais de 10% do capital:

- Gestifer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., detém 32,9 % das Acções da Edifer Investimentos.

O Técnico Oficial de Contas,  
Carlos Manuel Baptista Cabarrão

## 19. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais de EDIFER INVESTIMENTOS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA, as quais compreendem os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2010 (que evidenciam um total de 712.451.063 euros e 139.338.429 euros, respectivamente, e um total de capital próprio do grupo de 50.233.556 euros, incluindo um resultado líquido de 7.749.840 euros), as Demonstrações consolidadas e individuais dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações consolidada e individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa consolidados e individuais, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado

e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### RESERVAS

7. Em 31 de Dezembro de 2010, as sociedades directa e indirectamente participadas EDIFER CONSTRUÇÕES, TECNASOL FGE e EDIMETAL registam saldos a receber de Clientes, assim como valores reflectidos na rubrica de Outras contas a receber, apresentando elevada antiguidade, no montante total de cerca de 7 milhões de euros, relativamente aos quais não pudemos confirmar as suas efectivas perspectivas de recuperação, dependendo da evolução de processos em curso. Por outro lado, procedem também as participadas EDIFER CONSTRUÇÕES e TECNASOL FGE à integração nas suas contas do Balanço e da Demonstração dos resultados de Sucursais em Angola, assim como se procede igualmente à integração da quota-parte dos resultados correspondente à participação em filial em Angola; estas entidades localizadas em Angola apresentam saldos a receber em contas de terceiros, assim como registam valores de Acréscimos de rendimentos, cuja realização depende nomeadamente da evolução de negociações em curso.

8. O balanço consolidado compreende valor relativo a Goodwill registado pela sociedade Edifer Angola, no montante de cerca de 2,9 milhões de euros, o qual não cumpre os requisitos para reconhecimento como activo.

### OPINIÃO

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 e quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas e individuais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual de

EDIFER INVESTIMENTOS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado e individual das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos consolidados e individuais de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### **ÊNFASES**

11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 9 anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- (i) Conforme apresentado no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados consolidados, o valor de Activo consolidado compreende saldos a receber de empresas do grupo, classificados a médio e longo prazo (no total de cerca de 22,4 milhões de euros), assim como apresentados a curto prazo (no total de cerca de 34,4 milhões de euros), relativamente aos quais não existe um plano de reembolso definido.
- (ii) O activo consolidado considera valores afectos à sociedade indirectamente participada TECNASOL FGE, reflectidos na conta de Acréscimos de rendimentos, no valor global de cerca de 3 milhões de euros, respeitando a reclamações apresentadas a clientes; a data e valor de realização destes activos dependem da evolução de negociações em curso com clientes, constituindo convicção da Administração que os mesmos serão substancialmente realizáveis.
- (iii) Conforme indicado no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados consolidados, são registados cerca de 4,5 milhões de euros de Activos por impostos diferidos, parte

significativa dos quais decorrendo de reportes de prejuízos fiscais, considerando a Administração que os mesmos serão utilizáveis no decurso dos correspondentes períodos de prescrição.

Lisboa, 21 de Março de 2011

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas nº 963)

(Transcrito conforme original)

## 20. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos, durante o exercício de 2010, a actividade da EDIFER INVESTIMENTOS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. Os Balanços consolidado e individual, as Demonstrações consolidadas e individuais dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações consolidada e individual dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados

merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como os Balanços consolidado e individual e as Demonstrações consolidada e individual dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações consolidada e individual dos Fluxos de Caixa apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2º Que não existem objecções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 21 de Março de 2011  
O FISCAL ÚNICO

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas nº 963)

(Transcrito conforme original)

**EDIFER INVESTIMENTOS**  
**Sociedade Gestora de**  
**Participações Sociais, S.A.**

Edifício Edifer  
Estrada do Seminário, 4  
Alfragide

2610 - 171 AMADORA  
PORTUGAL

Tel. +351 214 759 000

Fax: +351214759500

[geral@edifer.pt](mailto:geral@edifer.pt)

[www.edifer.pt](http://www.edifer.pt)



[www.edifer.pt](http://www.edifer.pt)